

ACÇÕES DE INFORMAÇÃO NO LABORATÓRIO DE APLICAÇÕES DE VÍDEO DIGITAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA¹

Email:
emyporto@gmail.com
isafreire@globo.com

EmyPôrto Bezerra², Isa Maria Freire³

RESUMO

Propõe a busca e a análise de elementos que permitam observar as ações de informação no Regime de Informação (*Ri*) de uma comunidade acadêmica, o Laboratório de Aplicações de Vídeo Digital da Universidade Federal da Paraíba, que compartilha uma cultura informacional própria. Evidencia os limites e intercâmbios dessa “forma de vida” acadêmica a partir do modelo de *Ri* evidenciado pela pesquisadora Maria Nélide González de Gómez, partindo do pressuposto que a cultura informacional compartilhada pelos atores no âmbito de um dado espaço social, contribui para o entendimento da sua aplicação em um dado contexto. No processo de investigação entrou em pauta a busca por indícios de como as ações de informação contribuem, condicionam ou delineiam um *Ri*, desencadeando um processo de inteligência coletiva entre seus atores sociais, conforme análise do filósofo francês Pierre Lévy sobre o espaço do saber na sociedade contemporânea. Os indícios observados no *site* evidenciaram características das três formas de ação de informação agindo simultaneamente nos projetos pesquisados. Estes indícios foram relacionados às finalidades (teleologia) das ações com intuito de identificar semelhanças e aproximações conceituais. Concluímos comprovando que mesmo que as ações de informação no laboratório coexistam no delineamento e condicionamento do seu *Ri* elas *não* estão efetivamente representadas na sua interface na Internet, sugerindo aprimoramento na comunicação da informação sobre o laboratório no ciberespaço. Assim, esperamos contribuir para a compreensão de *Ri* como construto teórico e metodológico na observação e análise de problemas de informação de interesse da Ciência da Informação.

Palavras-chave: Regime de Informação. Ações de Informação. Forma de Vida Acadêmica. Inteligência Coletiva. Laboratório de Aplicações de Vídeo Digital.

ABSTRACT

This thesis proposes the search and the analysis of elements that allow to observe the actions of information in the Information Regime (*Ri*) of an academic community, the Laboratory of Digital Video Applications of Federal University of Paraíba, that shares an own informational culture. In this way, it aims to evidence the limits and interchanges of this academic "way of life" from the perspective of model of the *Ri* model evidenced by the researcher Maria Nélide González de Gómez, starting from the assumption that the information culture, shared by the actors within a given social space, contributes to the understanding of its application in a given context. Thus, we opt for content analysis by choosing as analysis categories the actions of mediation, formative and relational information according to their respective purposes. In the process of investigation the search for indications of how information actions

¹Tese defendida e aprovada no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba, em 2018. Orientadora: Profa. Dra. Isa Maria Freire.

² Doutor em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba. Professor da Universidade Federal de Campina Grande.

³Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil. Docente permanente no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba, Brasil.

contribute, condition or delineate a *Ri*, triggering a process of collective intelligence among its social actors, according to the french philosopher Pierre Lévy analysis on the knowledge space in society contemporary art. The evidence observed on the site showed characteristics of the three forms of information action acting simultaneously in the projects surveyed. From the analysis of the results we present a suggestion of approximation between the concepts of *Ri*, collective intelligence and spaces of signification. We observed that even when the information actions in the laboratory coexist in the design and conditioning of their *Ri*, they are not effectively represented in their interface on the Internet, suggesting an improvement in the communication of information about the laboratory. This achievement will enable its effective use by the academic-scientific community and greater visibility to the external public. We hope to contribute to the understanding of the *Ri* model as a theoretical and methodological construct for the observation and analysis of information problems of interest in Information Science.

Keywords: Information regime. Information actions. Academic Form of Life. Collective Intelligence. Laboratory of Digital Video Applications.

1 INTRODUÇÃO

Nossa pesquisa se desenvolve tendo como problema a construção do conceito de Regime de Informação (*Ri*). Este, por sua vez, vem sendo desenvolvido por vários autores no campo da Ciência da Informação ao longo dos anos, porém sem a devida análise dos contextos, ambientes ou espaços de significação que se desenvolvem, inscrevem, configuram ou instalam.

Destarte, a pesquisa aborda a ambiência das ações de informação no *Ri* de um laboratório de pesquisa em Ciência da Computação — Laboratório de Aplicações de Vídeo Digital — como objetivo de analisar as reais características, fronteiras e hibridações nessa ‘forma acadêmica de vida’ a partir do conceito de *Ri* promulgado por González de Gómez (2012).

Acreditamos que o *Ri* se constitua, seja desenvolvido e legitimado através das “ações de informação” executadas por indivíduos ou equipes (atores sociais), no espaço onde estão circunscritos os elementos fundamentais que gerenciam, compõem ou direcionam o fluxo de toda produção, organização, comunicação e transferência de informações como discutido em Freire *et al.* (2011). Nessa percepção, pressupomos que a concepção de artefatos de informação desloca-se das infraestruturas às interfaces meta-informacionais, considerando as relações entre agentes das ações de informação, os planos constituintes dessas ações e os contextos relacionais em que realizam suas intervenções.

Portanto nossa pesquisa buscou entender como as ações de informação propostas por González de Gómez (1999b) poderiam ser associadas a um “espaço social”, “cultura informacional” ou “forma de vida” acadêmico-científica no constructo do seu *Ri* e da Inteligência Coletiva proposta por Lévy (1999) na sociedade em rede.

Deste modo, buscamos discutir em profundidade o assunto referente ao tema, com o propósito de fazer um mapeamento preciso, com o intuito de analisar a construção de espaços sociais de pesquisa na perspectiva do *Ri*, observando “situações e processos que propiciem o desenvolvimento de competências em informação e apropriação do conhecimento técnico-científico em benefício da construção de uma inteligência coletiva” (FREIRE, 2016, p.249). Assim, acreditamos estar contribuindo através da pesquisa, para acrescentar mais um ‘fio’ no tear do debate que discute a construção de *Ri* na sociedade contemporânea.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo, apresentamos a fundamentação teórica mediante a qual estabelecemos nossa hipótese de trabalho, abordando a Ciência da Informação, os conceitos de Gestão da Informação e Cultura Informacional, fazendo referência às Políticas de Informação, abordando os conceitos de Regime de Informação e, por fim, apresentando e abrindo o discurso sobre a Teleologia das Ações de Informação.

2.1 SOBRE A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Ao longo da sua história, a análise dos diversos fenômenos relacionados ao seu objeto de estudo – *informação* – permanece sendo o principal foco da pesquisa em Ciência da Informação. “Dentre seus espaços ou campos de análise, podemos destacar a memória, a organização, o acesso, o uso, a ética, a gestão e as políticas de informação” (BEZERRA; SILVA (2015, p.155). Tais “tramas do saber”, geralmente oriundas da relação e geração de produtos, serviços, aliadas à organização da informação e utilização de tecnologias de recuperação para seu acesso e uso, auxiliam a construção da rede conceitual da Ciência da Informação.

Transformações ocorridas no capitalismo industrial devido a uma maior participação do Estado na economia após a II Guerra Mundial provocaram o desenvolvimento científico e tecnológico, e conseqüentemente, o crescimento exponencial da informação. É nesse momento histórico que a informação, ancorada na harmonia ciência-tecnologia, se caracteriza como a base para o progresso econômico da sociedade moderna. Esse fato em si já é um prenúncio do advento da Ciência da Informação.

Sendo assim, podemos inferir que a Ciência da Informação origina-se de um problema de produção científica crescente, cuja solução está vinculada à comunicação técnico-científica. Foskett (1973, p.56), refere-se à Ciência da Informação como

[...] uma disciplina que surge de uma fertilização cruzada de ideias que incluem a velha arte da Biblioteconomia, a nova arte da Computação, as artes dos novos meios de comunicação, e as ciências como a Psicologia e a Linguística atualmente envolvidas com o processo e o problema da comunicação que dizem respeito à transferência da organização de pensamento.

De forma sucinta, podemos dizer que a Ciência da Informação transita com facilidade nas “águas” e fontes da Biblioteconomia e Computação, priorizando a investigação das propriedades e fluxo da informação, bem como dos meios de processamento para seu efetivo acesso e uso. Da primeira, ela herdou técnicas e padrões já fortemente estabelecidos, e da segunda agregou as ‘novas’ tecnologias da informação. Sendo assim, se encaixa de forma sucinta na definição clássica de Borko (1968, p.3. Tradução nossa), publicada no periódico *American Documentation*, quando diz:

Ciência da Informação é a disciplina que investiga as propriedades e o comportamento informacional, as forças que governam os fluxos de informação, e os significados do processamento da informação, visando à acessibilidade e a usabilidade ótima. A Ciência da Informação está preocupada

com o corpo de conhecimentos relacionados à origem, coleção, organização, armazenamento, recuperação, interpretação, transmissão, transformação, e utilização da informação. Isto inclui a pesquisa sobre a representação da informação em ambos os sistemas, tanto naturais quanto artificiais, o uso de códigos para a transmissão eficiente da mensagem, bem como o estudo do processamento e de técnicas aplicadas aos computadores e seus sistemas de programação. É uma ciência interdisciplinar derivada de campos relacionados, tais como a Matemática, Lógica, Linguística, Psicologia, Ciência da Computação, Engenharia da Produção, Artes Gráficas, Comunicação, Biblioteconomia, Administração, e outros campos científicos semelhantes. Têm ambos componentes, de ciência pura visto que investiga seu objeto sem considerar sua aplicação, e um componente de ciência aplicada, visto que desenvolve serviços e produtos.

Neste sentido, Oliveira (2005) e Saracevic (1996), dentre outros, destacam dois momentos que influenciaram este processo: o crescimento de informações registradas, no século XIX, com a Revolução Industrial em toda a Europa e nos Estados Unidos; e, no século XX, o crescimento exponencial da produção técnico-científica, após a Segunda Guerra Mundial. A partir desse contexto, Saracevic (1996, p.18) conclui que “a compreensão histórica da Ciência da Informação está necessariamente ligada às características ou razões que constituem sua tríade: natureza originalmente interdisciplinar; fundamento na tecnologia da informação; informação como objeto de estudo”.

A partir da necessidade de harmonização dessa tríade, a gestão da informação adquiriu, enquanto política pública, importância estratégica perante os governos mundiais, principalmente no que se refere a setores como Ciência e Tecnologia (C&T). Vannevar Bush, preocupado com o gerenciamento da informação e os conceitos desenvolvidos em Ciência e Tecnologia, foi um dos primeiros a alertar o mundo acadêmico, governantes e órgãos de Estado, para o desenvolvimento de programas estratégicos ao efetivo controle da “explosão informacional”.

A Ciência da Informação teve seu aparecimento e expansão no pós-guerra, principalmente a partir de 1950, quando pesquisas e documentos mantidos fora do fluxo normal de informação foram liberados para o conhecimento coletivo. [...] A grande crise da época era, então, como lidar com o enorme volume de informação disponibilizada, utilizando-se os mecanismos e tecnologias acessíveis. Era necessário gerenciar e controlar o grande volume de informação, estocar e caracterizar seu conteúdo, priorizar o seu uso de acordo com as diferentes comunidades informacionais e promover uma divulgação seletiva e retrospectiva para evitar a duplicação do esforço de pesquisa e permitir que a sociedade conhecesse os avanços que haviam sido efetivados. (BARRETO, 2002, p.17-18)

Durante seus quase 60 anos de existência e evolução, a Ciência da Informação vem construindo seu campo interdisciplinar e sua epistemologia a partir do surgimento de diferentes correntes de estímulos a debates, que transitam entre seu estatuto e “autonomia científicos”, perpassando pela sua “fidelidade”, a sua pedra fundamental (*informação para o conhecimento*), até seus *links* interdisciplinares, que entre um evento e outro vamos tentando incorporar.

Paramelhor conceituação do domínio de construção do objeto da Ciência da Informação, incorporamos à sua definição quatro aspectos principais: os estratos da ação de informação; suas assimetrias e interfaces; as modalidades da ação de informação; os sujeitos das ações de informação; os encaixes e enfeixamento entre as ações de informação e os regimes de informação. (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2003, p. 32)

Destarte, o desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação nos colocou diante da ‘informação e conhecimento’ como recursos potencializadores da nova formação social global, “privilegiada” pelo poder de provocar mudanças profundas nos diversos setores da sociedade: político-econômico, cultural, informacional, jurídico, educacional *etc.*. Nesse contexto podemos pensar, então, numa Ciência da Informação que busque a pesquisa que de algum modo resolva os problemas informacionais da sociedade contemporânea. Dentre os potenciais problemas informacionais dessa sociedade, chamada por Castells (1999) de ‘sociedade em rede’, aqueles referentes à gestão da informação em instituições e organizações são de fundamental importância para seu efetivo desenvolvimento.

2.2. GESTÃO DA INFORMAÇÃO E CULTURA INFORMACIONAL

Por ser a informação um insumo primordial para os contextos organizacionais, torna-se primordial entender seu processo de gerenciamento para fins de disseminação. Assim, coletar, selecionar, analisar, organizar, otimizar seu fluxo e disponibilizá-la para avaliação e uso, passou a ser um dos principais desafios da sociedade contemporânea.

Quando Otlet (1934) e Bush (1945), cada um a sua maneira, demonstraram a possibilidade de tratamento da informação quanto a armazenamento, organização e acesso, acabaram por viabilizar o seu gerenciamento, evidenciando assim a sua importância para sociedade.

Deste modo, podemos considerar a atividade de *gestão* como um conjunto de processos que englobam ações de “planejamento, organização, direção, distribuição e controle de recursos de qualquer natureza, visando à efetividade de determinado sistema, produto ou serviço” (MANUAL..., 1997 *apud* MARCHIORI, 2002, p.74). No entanto o termo “gestão de informação” propriamente dito surge com mais força na década de 1980, sendo seus principais precursores a Inglaterra e os Estados Unidos. O propósito principal nada mais era do que o de gerenciar a informação como recurso estratégico. Este ganha logo uma série de outros atributos, adquirindo nuances de poder incondicional após a popularização dos microcomputadores e desenvolvimento das TIC.

Seguindo o mesmo raciocínio, González de Gómez (1999, p.69) afirma que “a gestão da informação envolve o planejamento, instrumentalização, atribuição de recursos e competências, acompanhamento e avaliação das ações de informação e seus desdobramentos em sistemas, serviços e produtos”. A partir disso,

[...] a gestão da informação deve incluir, em dimensões estratégicas e operacionais, os mecanismos de obtenção e utilização de recursos humanos, tecnológicos, financeiros, materiais e físicos para o gerenciamento da informação e, a partir disto, ela mesma ser disponibilizada como insumo útil e

estratégico para indivíduos, grupos e organizações (PONJUÁN DANTE, 1998 *apud* MARCHIORI, 2002, p.74).

Seja no ambiente governamental, institucional ou virtual, a informação continua sendo o ponto crucial entre política e gestão. “Nesta perspectiva, a gestão estabelece a mediação entre as políticas de informação de um setor e a ação informada dos atores sociais envolvidos, sejam eles o Estado, o Governo, ou comunidades usuárias de bens e serviços de informação [...]” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1999, p.69).

Sendo assim, propomos aqui, a partir de Bezerra e Pinho (2016), o entendimento da Gestão da Informação como uma nova forma de pensar, construir e se relacionar, tendo em vista o trabalho como busca do conhecimento coletivo. Configura-se, então, como uma espécie de “forma de vida, como uma rede de interações e práticas cotidianas que circunscrevem uma intersubjetividade regulada pelos usos da linguagem; em configurações complexas de exercício articulado da racionalidade, o afeto e o compromisso” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2009a, p.26), no sentido de promover uma ‘cultura informacional’ no espaço construído pelos atores sociais que ali trocam experiências. Para González de Gómez (2009a, p.27), “ação de informação seria assim aquela realizada por atores sociais em suas práticas e atividades, ancoradas culturalmente numa forma de vida e geradas em comunidades epistêmicas ou configurações coletivas de relações intersubjetivas”. Assim, podemos inferir que os ideais e pressupostos do conceito de *Ri* aproximam-se dos princípios e teorias basilares do conceito de Gestão da Informação.

Deste modo, entender qual a contribuição que o conceito de *Ri* pode dar ao processo de gestão de informação é de fundamental importância para a compreensão da ‘cultura informacional’ ou “forma de vida” de qualquer tipo de espaço social (organizações e instituições públicas ou privadas). Duarte, Lira e Lira (2014, p.67) complementam, “como as organizações são formadas por pessoas, e elas são as detentoras do conhecimento, o que diferencia uma organização de outra é como esse conhecimento é percebido, valorizado, utilizado, enfim, gerenciado”. Ainda conforme Duarte, Lira e Lira. (2014, p.68),

[...] para alcançar esse objetivo, mencionam a necessidade de promover uma cultura positiva para desenvolver programas de identificação, conservação, organização, compartilhamento e uso eficaz dos recursos de informação e do capital intelectual de seus membros com o apoio de TIC.

Deste modo, acreditamos existir uma relação profunda entre os conceitos de *Ri* e de Gestão da Informação. E o ‘elo’, amalgama ou interface principal entre tais conceitos, pode ser evidenciado principalmente a partir da análise da cultura informacional da organização estudada. Sendo ela estabelecida, principalmente, através das ações de informação dos indivíduos que a compõem. Assim, podemos inferir que a cultura informacional imprime ou caracteriza também o *Ri* da organização, condicionando sua gestão.

Portanto, sugerimos uma aproximação entre os conceitos de *Ri* proposto por González de Gómez (2003) e o conceito de “cultura informacional” proposto por Choo (2003). Ou seja, se o *Ri* é fruto das ações de informação entre seus atores, de sua forma de vida, de sua cultura informacional, então tal regime acaba por influenciar ou contribuir para a gestão da informação dessa organização ou espaço social.

Para Choo (2003), tudo aquilo que de alguma forma defina o uso da informação por parte de uma instituição, organização ou empresa, como padrões, normas, regras e valores socialmente aceitos e compartilhados, pode ser chamado de cultura informacional. Ou seja, o comportamento informacional de uma instituição é geralmente “moldado” por regras, modelos e normas aceitos pelo coletivo inteligente que ali executa suas atividades. Ainda conforme Choo (2003) é a partir dessa aceitação coletiva perante regras e valores que se manifesta a cultura e comportamento informacional de uma instituição, organização ou empresa.

Comparando essa descrição de Choo (2003) ao conceito de *Ri* proposto por González de Gómez (2003), especificamente no que concerne à ação de informação formativa, entendida pela autora como uma “forma de vida”, ou seja, uma cultura informacional; percebemos a aproximação conceitual entre os dois termos.

Segundo Woida e Valentim (2006, p.40) podemos entender a cultura informacional “como um conjunto de pressupostos básicos compostos por princípios, valores, crenças, ritos e comportamentos positivos em relação à construção, socialização, compartilhamento e uso de dados, informação e conhecimento no âmbito corporativo”.

Portanto, a cultura informacional é uma construção conjunta e compartilhada de elementos, quais sejam os valores, as normas, os ritos, os mitos, as crenças, enfim, é a ideologia que alicerça a organização. É dela que se extrai o padrão de comportamento, considerado mais correto, para socializar os indivíduos, em certos aspectos impondo ou induzindo, em outros retirados como produto da relação social, a atuarem na mesma orientação e objetivos da organização, bem como na relação com as TICs, na produção e uso de informação e conhecimento. (WOIDA; VALENTIM, 2006, p.8).

Para Woida (2008) a ação de compartilhar informação é um mecanismo social, e como tal, deve ser incentivada de forma a integrar a cultura informacional de uma instituição. Nesse sentido, “a gestão da informação envolve ‘o planejamento, instrumentalização, atribuição de recursos e competências, acompanhamento e avaliação das ações de informação e seus desdobramentos em sistemas, serviços e produtos’”. (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1999, p.69 *apud* FREIRE, 2008, p.198).

A falta de uma cultura de informação adequada e de uma visão comum da importância da informação para a organização dificulta a forma e os meios como as pessoas analisam, recolhem, organizam, processam, comunicam e utilizam a informação. (ALVES, 2014, p.55)

Tais barreiras ou dificuldades inviabilizam todo e qualquer projeto de Gestão de Informação. Daí a importância de fomentar práticas eficazes direcionadas ao ambiente organizacional que favoreçam a capacidade de aperfeiçoar a cultura informacional com o intuito de dinamizar o processo de gestão. Para Woida (2008, p.82), “verificar os fundamentos da cultura informacional é indispensável para compreender quais são os elementos e processos que a constituem” [...] e “surgem frequentemente nas definições sobre cultura organizacional, aparecendo mais timidamente nas definições sobre a cultura informacional” (WOIDA, 2008, p.97).

Sendo assim, acreditamos que o uso decisório e estratégico da informação seja fator imprescindível para Gestão da Informação no contexto político-governamental e de organizações econômico-sociais, servindo de base para o fomento de novas políticas de informação.

2.3. POLÍTICAS DE INFORMAÇÃO

Antes de tecer nossa ideia do que venha a ser uma Política de Informação convém separarmos os dois termos para melhor compreendê-los. O termo *Política* pode ser entendido como

[...] tudo aquilo que diz respeito aos cidadãos e ao governo da cidade, aos negócios públicos. A filosofia política é assim a análise filosófica da relação entre os cidadãos e a sociedade, as formas de poder e as condições em que este se exerce, os sistemas de governo, e a natureza, a validade e a justificação das decisões políticas. (JAPIASSU; MARCONDES, 1996, p.152-153)

Já a *informação*, conforme Brookes (1980), seria tudo aquilo que pode provocar transformação nas “estruturas” (individuais e/ou coletivas). Estruturas estas que podem ser entendidas como àquelas que promovem mudanças radicais no processo de aprendizagem e conhecimento das pessoas e que se mostra de forma cada vez mais diversificada, impulsionada principalmente pelo lento, desigual, porém constante (e sem retorno) “acesso” às TIC pela sociedade contemporânea.

Na origem latina da palavra, ‘informação’ significa “dar forma”, moldar, construir uma ideia ou noção sobre algo ‘dado ou posto’, podendo ser uma atribuição de significado ou um processo de representação que tenha como objetivo a comunicação desse significado. Ou seja, a informação seria uma prática social que envolve atribuição e comunicação de sentido.

Assim, a partir de Freire (2010, p.166), percebemos “que tanto o conceito de *informação* quanto o de *política* possuem o mesmo sentido de ordem e regulação que, reunidos, formam o conceito de “políticas de informação”: conjunto de leis, regulamentos e políticas que estimulam ou regulam a geração, o uso, o armazenamento e a comunicação de informação”.

As políticas de informação têm sua origem geralmente associada à política de informação científica e tecnológica após a II Guerra Mundial. A ciência e tecnologia tornaram-se imprescindíveis para o desenvolvimento econômico e social e tornou-se mais evidente o fato de que informação seria a base das relações sociais e de suas atividades corriqueiras. A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) recomendou, em meados do século passado, a criação de uma política nacional de informação que englobasse planejamento e diretrizes para elaboração de ações capazes de assegurar o desenvolvimento econômico e social dos países (SILVA, 2009).

Sendo assim, podemos dizer que a política de informação é uma das mais antigas formas de governança, sendo também bastante vulnerável às sucessivas metamorfoses do Estado. Todavia, está ameaçada pela dispersão das ações de informação através de diversas agências, sem controle central deste. No cenário atual dos estados, a dispersão de informação cresce diante de iniciativas isoladas expressas em ações de vários ministérios e agências profissionais vinculadas aos serviços federais de informação (PINHEIRO, 2012).

Para González de Gómez (2002, p.29), “o escopo e abrangência das políticas de informação recortadas sobre o grande mapa das políticas públicas são deslocados

frequentemente, de acordo com definições de prioridades conjunturais e em constante mudança.”Por isso, a autora propõe a utilização de um conceito de política de informação que trate “de resgatar a amplitude e complexidade do campo, permitindo a consideração das macro e micropolíticas, bem como das políticas locais, regionais, nacionais e globais” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2002, p.67).

De acordo com Freire (2010, p.172), “a política de informação pode ser elaborada sob duas abordagens: a básica e a específica”. A básica refere-se aos aspectos gerais da produção de informação, enquanto a específica aborda os aspectos característicos de determinado setor de atividade, por exemplo, como afirma Branco (2001 *apud* FREIRE, 2010, p.171-172):

[...] uma política para gestão da informação que contemple a produção de conteúdos de identidade cultural e o acesso livre a fontes de informação relevantes na Internet. Neste caso, a política de informação estará voltada para objetivos e metas específicos, que lhe darão contornos próprios e inerentes ao respectivo espaço ou regime de informação[Ri].

Sendo assim, deve atuar de forma participativa por meio de um instrumento regulador entre a sociedade e os avanços científicos e tecnológicos. Para Silva (1991), assim praticada, ela contribuirá para a melhoria do nível educacional, cultural e político; elementos básicos para o exercício pleno da cidadania.

Tendo em vista que as ações de informação são essencialmente um fenômeno social, pois são partes integrantes da vida diária das comunidades e organizações, torna-se cada vez mais evidente que a integração entre essas ações e as tecnologias “colaborativas” transporte consigo uma profunda revisão nos Ri de uma determinada instituição.(BEZERRA; GUIMARÃES; SILVA, 2014, p.4214)

Nesta perspectiva, a Ciência da Informação:

[...] seriaaquela que estuda fenômenos, processos, construções, sistemas, redes e artefatos de informação, enquanto “informação” for definida porações de informação, as quais remetem aos atores que as agenciam aos contextos e situações em que acontecem e aos regimes de informação em que se inscrevem.(GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2003, p.32)

Entendemos que, nesse contexto, cabe à Ciência da Informação dá a base teórica “para proposição e discussão de ações de informação que contribuam para promover políticas de informação que possam ser utilizadas como instrumentos de gestão de recursos de informação” (FREIRE, 2010, p.172). No mesmo sentido Araújo (2014) afirma queproblemas relacionados à economia da informação têm sido estudados, a partir do conceito de Ri, buscando integrar dimensões regulatórias, econômicas, tecnológicas e culturais no contexto dos processosda informação.Nesse sentido, podemos inferir que os estudos e reflexões sobre a relação entre política, gestão e informação adquirirão cada vez maior importância.

Diante destas considerações de caráter conceitual, podemos pensar o modelo de Ri no contexto de uma instituição pública de pesquisa, como sendo um espaço social repleto de

possibilidades para produção e compartilhamento de conhecimento e informação, constituindo-se num campo propício para análise e compreensão das ações de informação, tendo em vista a formulação de políticas para gestão da informação científica e tecnológica.

Deste modo, podemos inferir que a política de informação é produto de escolhas anteriores e pode impactar em decisões futuras. Essas decisões são firmadas e validadas por meio de instrumentos legais e regulações. Assim, a política de informação é viabilizada por um conjunto de leis, regulamentos, posições doutrinárias e outras tomadas de decisões e práticas com efeitos constitutivos em toda sociedade que fomentam ou regulam a criação, processamento, fluxos, acesso e uso da informação (BRAMAN, 2011). Esse conjunto engloba aspectos administrativos, legais, científicos, culturais, tecnológicos, de produção, uso e preservação da informação de natureza pública ou privada de interesse público (JARDIM, 2005). Nesse sentido, González de Gómez (1997 *apud* FREIRE, 2006, p.59),

[...] abordando a questão da informação na sociedade globalizada, [...] destaca a necessidade de situar os acontecimentos e processos (culturais, organizacionais, produtivos, políticos) em diferentes planos de integração, considerando a complexidade dos nós [links] que entrelaçam o local e os mundos externos, em todas as suas manifestações.

Em decorrência, “as ações dos atores sociais que trabalham com a informação deveriam ser estratificadas de modo a promover os fluxos de informação em todos esses diferentes planos” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2002, p.143).

Isto significaria não somente promover o acesso a redes de informação globais para atores locais, mas também estabelecer conexões entre os espaços locais e globais, com dois tipos de procedimentos.

O *extrativo*, de modo que os atores locais se apropriem das informações disponíveis na rede; O *produtivo*, para que os atores locais confirmem sua presença argumentativa, econômica e política nos espaços das redes globais. (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1997, p.23 *apud* FREIRE; FREIRE; ARAÚJO, 2015, p.395)

Segundo a autora, conforme disserta Freire (2010), no contexto de um Ri, quatro definições de políticas de informação podem ser aplicadas, são elas:

1) A que considera política de informação como

[...] um conjunto de ações e decisões orientadas a preservar e a reproduzir, ou a mudar e substituir um Regime de Informação, e podem ser tanto políticas tácitas quanto explícitas, micro ou macropolíticas. (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1999, p.63 *apud* FREIRE, 2010, p.169)

2) Outra direcionada para diferenciar *gestão de política* de informação onde

[...] falamos de Políticas de Informação quando, tratando-se de uma gestão colocada num domínio coletivo de ação, existem conflitos entre as diferentes formulações de objetivos, planos, atores e recursos atribuídos às ações do

domínio, e em consequência, com respeito ao alcance, às prioridades e às metas das ações de informação, de modo que aqueles conflitos não poderiam ser equacionados ou resolvidos por meios técnicos ou instrumentais e requerem a formulação deliberativa de princípios, fins e regras para a concretização de planos coletivos e coordenados de ação, ou a mudança das relações de força dos atores envolvidos.(GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1999, p.71 *apud* FREIRE, 2010, p.169-170)

- 3) A terceira, na qual as políticas são abordadas sob o prisma teleológico, ou seja, com relação a fins, valores e objetivos, designando “as figuras decisórias e normativas do que seja desejável e prioritário para um sujeito coletivo (organização, regiões, Estado Nacional etc.), acerca da geração, circulação, tratamento e uso da informação” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1999, p.71 *apud* FREIRE, 2010, p.170).
- 4) Por fim, a que entende que as políticas atuam como uma “ação dirigida a consolidar a autonomia informacional dos sujeitos coletivos”, considerando que

[...] a constituição dos universos de informação parte sempre do ‘nós’ de um sujeito situado, localizado, territorializado, para o qual algo faz ou não faz sentido como informação. Em cada contexto histórico, em cada espaço de ação coletiva, existe um saber local, um sentimento territorializado ou um desejo do que seja um bem coletivo, que formam parte das razões bem fundadas para priorizar, justificar, gerar ou aderir a um valor de informação.(GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1999, p.71 *apud* FREIRE, 2010, p.170).

Construir políticas de informação para questões intangíveis é um reconhecido problema para todos os estados, pois questões referentes à identidade das políticas de informação ainda persistem. Temas tradicionais continuam a emergir como a ausência da vontade política para guiar as ações de informação, a falta de estruturas poderosas para conectar os setores de inteligência e técnico-científico e o desaparecimento de agências que lidam com o processo de coordenação de ações de informação dos diversos ministérios(PINHEIRO, 2012).A informação como objeto intangível dificulta a determinação do escopo, da cobertura, dos atores e de sua alocação na estrutura governamental. Para este propósito é necessário analisar o seguinte contexto: envolvimento dos atores, práticas sociais, ambiente e cultura informacional; para quem e por quem as políticas estão sendo criadas, ou seja, analisar a constituição de *Ri*.

2.4. REGIME DE INFORMAÇÃO

Nas últimas décadas alguns pesquisadores da Ciência da Informação vêm construindo e reconstruindo o conceito de *Ri*. No entanto, esses conceitos ainda não trazem em si a análise das particularidades e necessidades do contexto onde geralmente se originam ou se instalam. Isso faz com que acabem sempre surgindo características gerais similares entre eles como: sujeitos, regras, leis, tecnologias, meios e recursos informacionais.

Sendo a informação um ponto de interseção entre as políticas e a gestão no âmbito governamental, torna-se imprescindível a pesquisa dos processos que tratem desse recurso,

analisando e reformulando objetivos, planos e atores envolvidos com as metas das ações de informação, para a concretização de planos coletivos e coordenados de ação.

Deste modo é necessário que sejam estabelecidas regras, protocolos, expectativas, para que tais segmentos administrem seus recursos e suas tecnologias de forma harmônica, a fim de atender o público a que se destina.

O conceito de Regime de Informação realça componentes que contribuem para a compreensão de uma Política de Informação, assim como das relações diretas e indiretas das e entre as comunidades, instituições, organismos do público ao privado, no que tange às ações de informação.(DELAIA, 2008, p.30; 37).

Para isto, precisa haver a observação do conjunto de elementos que compõem o fluxo estrutural da produção, organização, comunicação e transferência de informações em um dado espaço social. A esse conjunto de elementos podemos chamar de *Ri*. “Quando analisado no contexto acadêmico, prevalece no *Ri* as características do trabalho científico: a produção e o intercambio crítico de conhecimentos e experiências” (BEZZERA; GUIMARÃES, SILVA, 2014, p.4214). O LAVID⁴, abordado nesta tese, entendido como “espaço social com um dado *Ri*”, possui tais características, necessitando do estabelecimento de regras que facilitem sua gestão, tornando-se assim, em um espaço passível de análise à luz do *Ri*.

A partir do exposto até então, entendemos que o *Ri* se constitui pela relação de seus elementos (atores, dispositivos, tecnologias) através de ações de informação relacionadas à produção e políticas de informação de espaços sociais (públicos e privados).

Quando falamos em regime, logo vem à tona a ideia de regras, normas e modelos. “Etimologicamente o vocábulo *regime* vem do latim *regimen* e significa – Ação de conduzir; guiar; direção; comando; governo; administração” (BEZERRA, *et. al.*, 2016, p.63).

Em sua definição sobre a emergência de um regime internacional de política de informação Braman (2011, p.2, tradução nossa) complementa,

Coloquialmente, a política de informação fornece um termo abrangente para todas as leis, regulamentos doutrinários, posições que lidam com informação, comunicação e cultura. Mais precisamente: A política de informação é composta por leis, regulamentos e posições doutrinárias – ou seja, estimula práticas com efeitos constitutivos em toda a sociedade - envolvendo a criação de informações, processamento, fluxo, acesso e uso.

Assim, a base para o desenvolvimento de Políticas de Informação perpassa pela necessidade de normas, práticas, estruturas, regras, processos decisórios, leis e regulamentos comuns a qualquer forma de regime. Nesse sentido, foram se constituindo diversos tipos de regime (político, jurídico, social, informacional etc.). Segundo Unger e Freire (2008, p. 85) os *Ri* “são a substância que dão o caráter principal a um sistema social que passou por diferentes e longas fases até chegar ao estágio atual”. Para Frohmann (1995, p.2), *Ri* pode ser

⁴Laboratório de Aplicações de Vídeo Digital.

[...] qualquer sistema ou rede mais ou menos estável em que a informação flua através de determinados canais de produtores específicos, através de estruturas organizacionais específicas, para consumidores ou usuários específicos.

Segundo González de Gómez (2002, p.34), *Ri* é

[...] um modo de produção informacional dominante numa formação social, conforme o qual serão definidos sujeitos, instituições, regras e autoridades informacionais, os meios e os recursos preferenciais de informação, os padrões de excelência e os arranjos organizacionais de seu processamento seletivo, seus dispositivos de preservação e distribuição.

Já para Magnani e Pinheiro (2011, p. 596),

[...] o “regime de informação” ou o “regime global de política de informação” são conceitos que vem sendo trabalhados na Ciência da Informação como uma forma de se obter uma paisagem do campo de ação da política de informação relacionando atores, tecnologias, representações, normas, e padrões regulatórios que configuram políticas implícitas ou explícitas de informação.

Na literatura da Ciência da Informação, conforme apontam Bezerra et. al. (2016), o conceito de *Ri* apresenta duas importantes abordagens. Enquanto González de Gómez (1999) aborda seu conceito sob o aspecto micro-político-social, Frohmann (1995), que serviu de inspiração teórica à autora, por outro lado, detém-se aos artefatos tecnológicos e a viabilidade do trânsito informacional por e através do meio físico. Para González de Gómez (1999, p.2),

[...] a sociedade da informação poderia ser entendida como aquela em que o regime de informação caracteriza e condiciona todos os outros regimes sociais, econômicos, culturais, das comunidades e do estado. Nesse sentido, a centralidade da comunicação e da informação produziria a maior dispersão das questões políticas da informação, perpassada e interceptada por todas as outras políticas: as públicas e as informais, as tácitas e as explícitas, as diretas ou indiretas.

Bernd Frohmann (1995), baseando-se nas ideias sobre ‘regime de poder’ e ‘regime de verdade’ de Michel Foucault e na “teoria ator-rede” de Latour (1988), destaca alguns exemplos de nós ou elementos componentes de um *Ri* como,

[...] transmissão de rádio e televisão, distribuição de filmes, publicações acadêmicas, bibliotecas, fluxos de dados transfronteiriços, as infovias emergentes: são todos os nós de redes de informação ou elementos de regimes específicos de informação. (FROHMANN, 1995, p.2 Tradução nossa)

Deste modo, o termo “Regime de Informação” vem sendo utilizado por diferentes autores da Ciência da Informação como um dos recursos interpretativos para abordar as relações entre política, informação e poder, evidenciando regras, normas, artefatos e dispositivos, nos mais variados contextos sociais. Curiosamente, e de formas diferenciadas, Frohmann (1995),

González de Gómez (2002), Braman (2004) e Ekbia e Evans (2009) associam os termos “regime” e “informação” com o intuito de construir o conceito de *Ri* numa tentativa de compreender como os processos de informação se delineiam, se ordenam e se estabilizam no âmbito de espaços sociais de informação ou espaços de significação (públicos ou privados; locais ou globais; técnicos ou sociais) numa sociedade guiada pelas TIC inseridas em uma forte economia de mercado (BEZERRA; SILVA, 2015).

Podemos inferir, portanto, que quando falamos em sociedade em rede ou “da informação”, queremos dizer que ela é o resultado histórico das inovações contínuas resultantes dos avanços e investimentos feitos na área das TIC, que mesmo desigualmente distribuídas pelas diferentes camadas sociais e geográficas, desencadearam mudanças profundas nos mais variados setores da sociedade contemporânea. Tais mudanças induzem ou praticamente impõem uma nova ordem para a economia mundial, baseada principalmente nas descobertas científicas e numa economia totalmente dependente das tecnologias digitais. É nesse contexto que “[...] o regime de informação, com seus sistemas de informação e linguagens documentárias, inicia sua hegemonia sobre o regime industrial, na sociedade contemporânea” (UNGER; FREIRE, 2008, p.91).

A partir daí, podemos afirmar que “cada nova configuração de um regime de informação resulta de e condiciona diferentes modos de configuração de uma ordem sociocultural e política” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2012). “Como um plexo de relações e agências, um regime de informação está exposto a certas possibilidades e condições culturais, políticas e econômicas, que nele se expressam e nele se constituem” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2012, p.43). Assim, o conceito de *Ri* pode ser visto como uma importante ferramenta para análise das relações entre seus elementos, práticas e recursos, a partir das ações de informação realizadas pelos seus atores sociais.

O regime de informação remete assim, a uma equação entre potencialidades e forças de diferentes origens e direções que, combinadas, definem os modos e distribuição - entre diferentes atores sociais, atividades e regiões - da potência construtiva e do poder seletivo que se manifestam na geração, circulação, acesso e uso de informação. (GONZÁLEZ DE GÓMEZ; CHICANEL, 2008, p.5)

Para Bezerra *e. al.* (2016), e autores como Ekbia e Evans (2009), atualmente encaminham suas pesquisas em duas direções. Numa delas outorga

[...] prioridade às práticas e a vida cotidiana, sem remetê-las ao macro contexto institucional nem a outras estruturas e figuras impessoais, de cunho administrativo e tecnológico, que formam plexos de relações de saber-poder. (EKBIA; EVANS, 2009, BEZERRA *etal.*, 2016, p.66)

Nesse sentido, Ekbia e Evans (2009) estabelecem algumas semelhanças e diferenças do uso do termo regimes de informação e o conceito de regimes de verdade, de Michel Foucault. Este, por sua vez, usa os regimes de verdade para discutir as grandes questões da circulação de conhecimento-poder, a partir dos comportamentos técnico-científicos da sociedade contemporânea. Os *Ri*, por outro lado, lidam com as práticas situadas na vida diária e cotidiana, envolvidas principalmente com a criação e o intercâmbio de informação, consequentemente de conhecimento.

Assim, as duas noções dissecariam a sociedade em junções diferentes: a primeira dentro das fronteiras institucionais (EKBIA; EVANS, 2009), e esta última no que Boltanski e Thevenot(1999) chamariam “mundos” ou “Políticas”.

Em suma, as duas noções diferem tanto na estrutura como no escopo. Embora haja evidencia de uma aparente aproximação entre seus conceitos, entendemos que os diversos *Ri* desenvolvidos nos espaços sociais se inserem num contexto maior do conceito de regime de verdade e poder.(EKBIA; EVANS, 2009; FOUCAULT, 1979 *apud* BEZERRA *et al.*, 2016, p.67)

Conforme Braman (2004, p.34, grifo nosso),

[...] o poder informacional controla comportamentos manipulando as bases informacionais demateriais, instituições e símbolos. [...] é uma das consequências da informatização da sociedade que o poder da informação torne-se não apenas mais visível particularmente saliente, *mas dominante*.

Para Magnani e Pinheiro (2011, p.599), “o aumento da percepção da informação enquanto instrumento de poder, também é um fator que contribui para a formação do regime global de política de informação”. Deste modo, podemos inferir

[...] que graças a crescente inserção da tecnologia de informação e comunicação na sociedade, muitas das atividades de informação sofreram uma alteração de status e saíram de um nível de interesse predominantemente técnico para um nível de interesse político, pelo reconhecimento do poder da informação.(BEZERRA, *e. al.*, 2016, p.67-68)

As TIC, “especialmente a Internet, são elementos importantes dentro desse regime, que propiciam e estimulam mudanças na ordem estabelecida, mas que também fornecem subsídios para a construção de uma nova ordem”(BEZERRA, *et al.*, 2016, p.68).

Para Braman (2004) as abordagens sobre políticas de informação são sempre discutidas sob um ponto de vista global ou internacional, já para Frohmann (1995) e González de Gómez (2012) os *Ri* são vistos como relações entre elementos sociais e discursivos em um determinado contexto. Frohmann (1995) trabalha o construto de *Ri* com o apoio da “Teoria Ator-Rede” (TAR) de Latour (2008), quando sugere que poder e controle são exercidos onde emergem e se estabilizam redes e sistemas de informação. González de Gómez (2012), baseando-se em Frohmann (1995), traz o conceito de *Ri* para contextos sociais específicos. Nossa pesquisa busca analisar as ações de informação no *Ri* de um contexto acadêmico-científico, um dos inúmeros espaços de significação latentes na sociedade da informação. Nesse sentido,

[...] quando pensamos sobre o fluxo de informações em torno de nós, sejam eles culturais, acadêmicos, financeiros, industriais, comerciais, institucionais ou seus muitos elementos híbridos, percebemos que possuem estruturas e formas específicas.(FROHMANN, 1995, p.2-3)

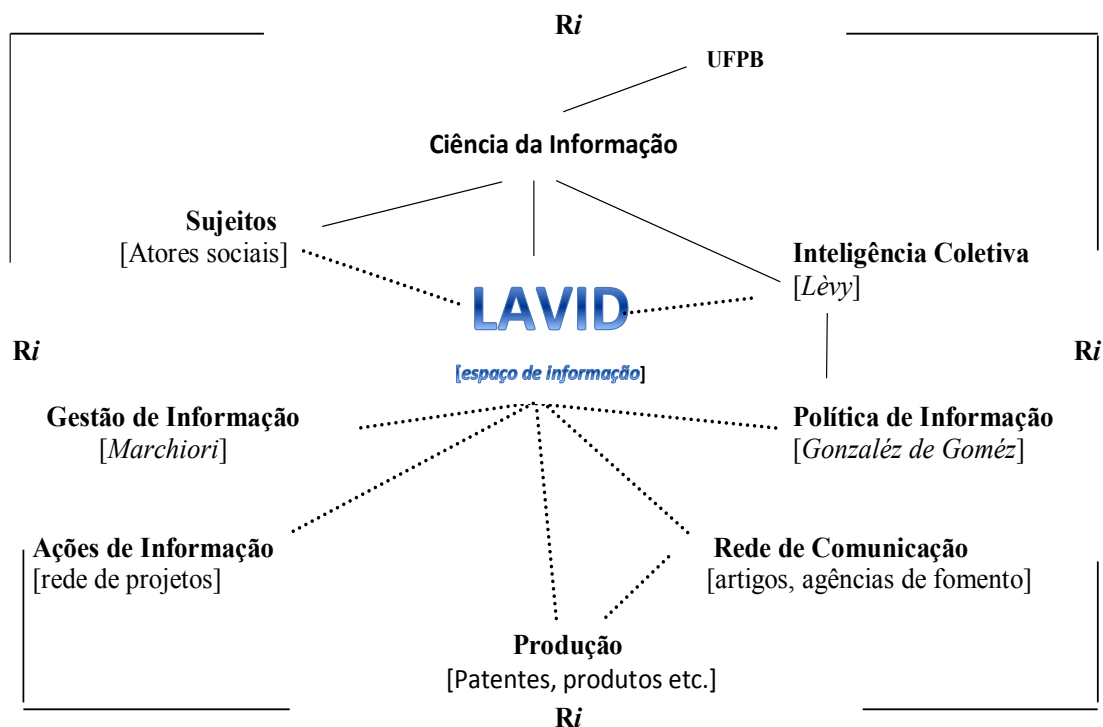
Ainda conforme o autor, como afirmam Magnani e Pinheiro (2011, p.601), a análise dos *Ri* desde a sua origem permite revelar políticas de informação implícitas e tácitas dentro de determinado contexto, manifestando uma especial preocupação com o caráter social e discursivo das tecnologias.

Um objetivo legítimo e premente da pesquisa de políticas de informação é a representação perspicaz dos regimes de informação: como eles se originam e se estabilizam; como eles determinam as relações sociais, e como formas específicas de poder são exercidas em e através delas. A descrição de uma política de informação, portanto, torna-se a descrição da genealogia de um regime de informação. Porque reconhece que a política de informação é feita e desfeita todos os dias em práticas sociais complexas e interativas. (FROHMANN, 1995, p.18. Tradução nossa)

Ainda conforme o autor, tentar descrever um *Ri* passa pelo entendimento dos processos de uma constante tentativa de estabilização dos conflitos, interesses e discursos dos mais diversos grupos sociais. A análise dos fatores sociais e discursivos está implícita na construção de qualquer rede científica e tecnológica, ou seja, requer interpretação para formulação de Políticas de Informação que mantêm e estabilizam um *Ri*. Para Frohmann (1995), somente a partir da análise dos *Ri* poderemos entender um pouco mais sobre seus atores sociais e suas necessidades, bem como evidenciar os seus diversos ‘artefatos’ relacionados com a informação (estoques, produtos, canais, sistemas, etc.).

A partir da análise de tais ‘artefatos’ à luz do paradigma indiciário de Ginzburg (1989), pudemos visualizar o entrelaçar dos ‘fios que tecem’ a abordagem da rede conceitual de Wersig (1993). Sendo assim, apresentamos para a presente tese, o modelo de rede conceitual (ver Figura 1) do contexto no qual entrelaçamos os indícios das ações de informação encontradas no nosso “espaço de informação”. Nela, percebemos a relação entre as principais variáveis envolvidas no *Ri* do LAVID.

Figura 1 - Diagrama contendo as variáveis de pesquisa do LAVID



Fonte: Adaptado do modelo de rede conceitual de Wersig (1993).

Assim, foi a partir do diagrama descritivo das variáveis da pesquisa, que iniciamos nossa incursão no território da literatura no campo da Ciência da Informação, tendo como objetivo encontrar os indícios que levassem às ações de informação desenvolvidas no *Ri* do LAVID.

O caminho construtivo para aquilo que González de Gómez (1999, 2002, 2003) chama de *Ri*, pode ser compreendido como um conjunto de determinações onde estão definidos os elementos que compõem todos os processos relacionados à transferência de informações nos mais diversos espaços socioculturais. Seus elementos principais são os seguintes:

- a) **Dispositivos de informação**, “um conjunto de produtos e serviços de informação e das ações de transferência de informação” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1999, p.63), que pode ser compreendido como o mecanismo operacional, o padrão ou regimento que viabiliza o fluxo da informação para que as ações se realizem;
- b) **Atores sociais**, “reconhecidos por suas formas de vida e [que] constroem suas identidades através de ações formativas existindo algum grau de institucionalização e estruturação das ações de informação” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2003, p.35). São as pessoas, os sujeitos, os indivíduos, enfim, todos aqueles que relacionados entre si configuram um *Ri*;
- c) **Artefatos de informação**, “reconhecidos como ferramentas tecnológicas para processar, armazenar e transmitir informação” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2002,

2003); também podem ser compreendidos como as ferramentas de comunicação ou os produtos e serviços de informação utilizados ou produzidos pelos atores sociais;

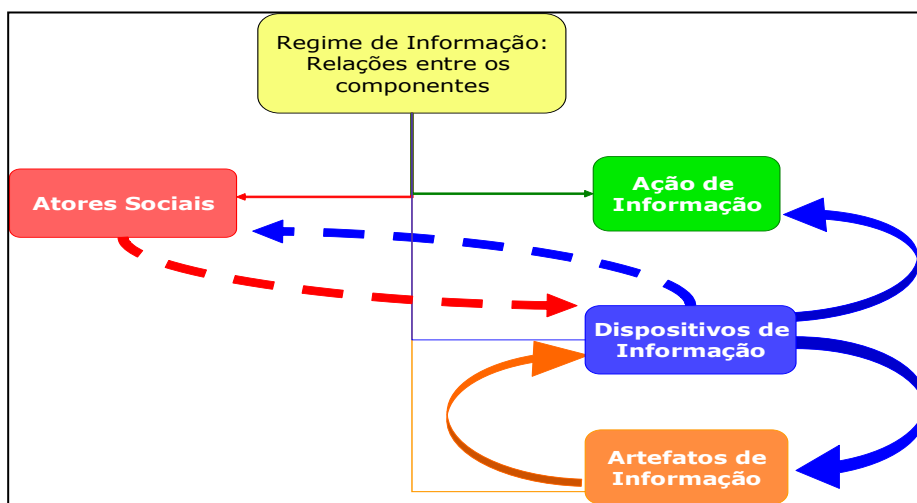
- d) **Ações de informação**, o quarto e último elemento constituinte de um *Ri* são as modalidades de ação executadas para articulação e relação entre os atores sociais. Agem em conjunto com a finalidade de produzir os resultados idealizados por estes, podendo dividir-se em três modalidades: formativa, relacional e de mediação (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2003).

A partir dos dados até aqui apresentados, acreditamos queo *Ri* possa ser compreendido como algo proveniente de relações complexas entre atores, práticas e recursos, somente executáveis pelos sujeitos sociais pertencentes a um determinado contexto; e resultante de ações, meios e processos informacionais específicos.

Portanto, quando salientamos que tanto a gestão da informação quanto o *Rise* desenvolvem na busca por produzir, organizar e compartilhar conhecimento através de ações de informação desenvolvidas por grupos sociais; acreditamos que seus conceitos mereçam uma melhor análise para fins de aproximação e desenvolvimento.

Usando uma representação gráfica (Figura 2), Delaia (2008, p.61) apresenta as relações entre os elementos de um *Ri*:

Figura 2 – Relações entre os elementos componentes de um Regime de informação



Fonte: Delaia (2008).

Entendemos que as ações de informação no LAVID são desenvolvidas por sujeitos identificados como docentes-pesquisadores e pesquisadores-discentes(em formação), no escopo dos dispositivos representados pelos diversos projetos de pesquisa em desenvolvimento, os quais utilizam as tecnologias digitais para se apropriar e também produzir artefatos de informação.

Assim, a Ciência da Informação justifica, fundamenta e dá respaldo à abordagem do LAVID na perspectiva do *Ri*. Ademais, para Bezerra e Pinto (2016, p.157)“o conceito de *Ri* pode ser visto como uma importante ferramenta para análise das relações de uma pluralidade de

atores, práticas e recursos, à luz da transversalidade específica das ações, meios e efeitos de informação” nos diversos espaços de formação social. E, para Magnani e Pinheiro (2011, p.608),

[...] o *Ri* representa um conceito estrutural e estruturante para a Ciência da Informação porque não se prende à informação em si mesma, mas ao real objeto de estudo da disciplina, ou seja, ao conjunto de relações que a informação estabelece ao redor dos múltiplos interesses de atores e pela adoção específica de artefatos direcionados pelas práticas informacionais desses sujeitos.

Pretendemos assim, analisar um modelo específico de *Ri* a partir da “rede conceitual” dos projetos evidenciada pelas variáveis de pesquisana interface do laboratório com o ciberespaço e a sociedade em rede, o *site* do LAVID.

Certamente o construto do conceito de *Ri* tem uma forte ligação com as políticas de informação oriundas das instituições governamentais e da sociedade organizada, embora não se limitem a estas. Sendo assim, é no meio ambiente de trocas materiais (econômicas, tecnológicas, culturais) resultante das relações entre seres humanos com necessidades informacionais onde encontramos sua fonte principal. Deste modo, percebemos um longo caminho a ser trilhado no que se refere a sua construção conceitual. (BEZERRA *et al.*, 2016, p.70)

As pesquisas em Gestão da Informação, assim como em *Ri*, estão em um processo dinâmico e constante de desenvolvimento. Elas despontaram recentemente como uma nova sistemática de trabalho no ambiente organizacional. Para Bezerra e Pinto (2016, p.162), “elas se retroalimentam por meio das ações realizadas por cada um de nós, a partir das nossas identidades e formas de vida, maneiras de agir, de pensar e de amar”.

Podemos pensar, portanto, que a capacidade que uma instituição tem para produzir conhecimento e disponibilizá-lo na forma de produtos como softwares e outros serviços, são caracterizados por uma cultura própria graças principalmente a uma gestão da informação determinada por crenças, atividades, metas e regras que se fundamentam através de uma postura proativa, abrangente e atuante de toda a equipe ou grupo.

Corroborando com os autores citados, entendemos que a clara representação dos *Ri* (como observamos em casos já analisados⁵) se apresenta como um legítimo e promissor campo de

⁵**Exemplo 1 - O caso do Laboratório de Tecnologias Intelectuais –LTi.** Este projeto foi iniciado em 2009 e busca contribuir com a formação acadêmica dos estudantes de graduação e pós-graduação desta universidade, a partir da integração da pesquisa, ensino e extensão. O LTi é um projeto focado em desenvolver ações info-comunicacionais específicas dentro de uma perspectiva da sociedade em rede. Assim, busca um enfoque pragmático de ações informacionais que podem ampliar a produção de conhecimento de cidadãos, a partir de fundamentos teórico-conceituais de uma área multidisciplinar dentro das Ciências Sociais Aplicadas. Segundo Freire e Freire (2013, p.130) essa ideiação “é conduzida como uma rede de tecnologias intelectuais para gestores, professores e alunos, especificamente para busca de informação aplicada ao ensino médio na web e para produção de estoques de informação e interfaces de comunicação digitais”.

Exemplo 2 - O Regime de Informação na Embrapa Solos. O estudo foi conduzido com objetivo de elaborar uma política de gestão da informação, tomando como base o conceito de *Ri* da referida empresa. O foco inicial das autoras foi definir a identidade do *Ri* da Embrapa a partir da análise das políticas e documentos da instituição. A aplicação do *Ri* descrito foi realizada pelas pesquisadoras Delaia e Freire (2010).

pesquisa em Gestão e Políticas de Informação. Só assim seremos capazes de analisar as diferentes dimensões de disputa e conflito nas diversas representações de *Ri* em torno de práticas e ações de informação a serem ainda contextualizadas.

2.4.1 CONCEITO DE INFORMAÇÃO NO REGIME DE INFORMAÇÃO

Sob a perspectiva da Ciência da Informação nosso objetivo foi identificar e analisar as ações de informação no contexto do *Ri* do LAVID. Sendo assim, fez-se necessário assumirmos uma definição para o termo “informação” dentre os tantos conceitos já desenvolvidos, abordados e discutidos por autores da área.

Quando buscamos a definição do termo “informação” nos deparamos com um grande número de conceitos por vezes controversos. Alguns desses conceitos foram naturalmente se ‘reformulando’ com o tempo, fazendo surgir novos conceitos, num processo contínuo que nos permite inferir que ainda não há um consenso a respeito da definição do termo “informação”.

Partindo da origem latina da palavra, temos que informação vem do verbo “informare” que significa dar forma, colocar em forma, criar, representar, construir uma ideia ou noção. A partir de sua origem etimológica, podemos perceber dois sentidos complementares para este conceito. Um seria como processo de atribuição de sentido (isto se dá através das ações de recepção/seleção das informações recebidas); outro seria a informação como processo de representação, objetivando comunicar o sentido dado à mesma (codificação, emissão, decodificação/uso da informação). Em resumo, de uma forma ou de outra, a informação comporta um elemento de “sentido”, ou seja, o objetivo do ato de informar é o envio e a apreensão de sentido. Sem atribuição de sentido não há fenômeno informacional. Portanto, partindo do ponto de vista etimológico, a informação seria uma prática social que envolve atribuição e comunicação de sentido.(BEZERRA, 2003, p.49-50).

Ainda conforme Bezerra (2003, p.50),

Um conjunto de informações (mensagem) só adquire sentido, se, quando enviada a um ser consciente, baseada num código conhecido (tanto pelo emissor

Exemplo 3 - O regime de informação no Arranjo Produtivo Local (APL) da Comunidade Científica Vale da Eletrônica. O terceiro exemplo, um estudo de caso realizado por Carvalho e Pinheiro (2010). no Vale da Eletrônica (uma comunidade científica), no APL de eletrônica localizado em Santa Rita do Sapucaí, Minas Gerais, um dos principais polos de desenvolvimento tecnológico brasileiro. Para a realização da pesquisa, as autoras optaram por aplicar o conceito de *Ri* em APLs. Os APLs são caracterizados por um grupo de empresas localizadas na mesma região, onde ocorre uma interação entre elas, pois há uma diversidade de atividades e atores envolvidos, tais como sindicatos, empresários e governo. O compartilhamento de informação e de conhecimento é pautado na confiança e reciprocidade, que são elementos centrais para a cooperação. Neste caso, a confiança é baseada na competência técnica e a reciprocidade em uma expectativa de ganho de ambas as partes. A ação coletiva, nesse contexto, pode impulsionar resultados coletivos que beneficiam os atores envolvidos, que justificaria o compartilhamento de informações e a relação de confiança estabelecida.

quanto pelo receptor), puder ser interpretada. Ao utilizar esta informação, com sentido, para resolver determinado problema ou se informar sobre qualquer situação, o sujeito social produz conhecimento. Assim, quando se afirma que existe relação entre informação e conhecimento, nos baseamos na ideia de que o nosso estado de conhecimento sobre determinado assunto, em determinado momento, é representado por uma estrutura de conceitos ligados por suas relações, isto é, a nossa visão de mundo.

Assim, podemos dizer que quando aplicamos determinado conhecimento para resolver um problema qualquer, estamos provocando de alguma forma uma transformação nas estruturas individuais que acabam se propagando ou “ressonando” junto ao coletivo. Vide representação através da equação fundamental da Ciência da Informação e desenvolvida por Brookes (1980, p.130), mostrada na Figura 3:

Figura 3 – Equação fundamental de Brookes

$$K[S] + \Delta I = K[S + \Delta S]$$

Fonte: Brookes (1980).

Esta equação pseudo-matemática foi uma forma encontrada por Brookes para tentar descrever a contribuição de um novo conhecimento ΔI , retirado de uma informação I , para transformação de um ‘estado’ de conhecimento $K[S]$ para um novo ‘estado’ de conhecimento $K[S + \Delta S]$; sendo o efeito dessa modificação representado pelo termo ΔS . Para o autor, se estas entidades (informação e conhecimento) pudessem ser medidas, elas seriam mensuráveis pela mesma unidade. Justificando a troca do ΔS pelo ΔI na equação, na tentativa de melhor explicar a contribuição e ‘envolvimento’ da informação (I) para um novo estado de conhecimento $K[S + \Delta S]$. Com isso Brookes quis dizer que a informação seria uma pequena parte do conhecimento. Entretanto, a mesma informação ΔI teria efeitos diferentes em estruturas de conhecimento diferentes.

Assim, podemos pensar que quando ocorre uma transformação de conhecimento, é “natural”, ou pelo menos esperado, que essa transformação também modifique um determinado contexto coletivo-social. Este processo em cadeia, rede ou onda possui características transformadoras, possibilitando uma revisão do conhecimento estabelecido e/ou criação de novos conhecimentos. Araújo (1998) ressalta que o fenômeno informacional não pode ser pensado como algo eminentemente “natural”. Segundo a autora,

[...] a formação e consolidação das formações sociais não deve ocultar uma outra consideração igualmente importante: a informação apresenta um duplo e contraditório caráter, pois ela pode provocar transformação por acumulação (a informação veiculada confirma a realidade conforme o sujeito social a percebe, gerando aceitação) ou pode provocar transformações por ruptura (a informação não confirma a realidade conforme o sujeito social a percebe, gerando mudanças, que podem ser cognitivo-individual ou cognitivo coletivo). Este

caráter contraditório e complementar da informação estrutura-se através de uma ordem objetivo-productivista (o que se pretende fazer, o objetivo que se pretende alcançar a partir do acesso/uso da informação). E uma outra ordem de natureza subjetivo-cultural (que nos explica como se faz, como se constrói o caminho para a implantação do objetivo, como a informação é interpretada pelos sujeitos do conhecimento envolvidos em diferenciados processos sociais). (ARAÚJO, 1998, p.2)

A abordagem de Araújo (1998) aproxima-se da compreensão de Capurro (2003) sobre esse fenômeno. Segundo o autor, a partir do momento que entendermos a informação como um fenômeno social perceberemos que a sua produção passa a ser influenciada por contextos e situações que remetem às necessidades informacionais, à organização institucional e ao seu uso por parte dos usuários.

A informação compreendida como prática das ações de atribuição de sentido de um sujeito cognitivo-social poder ser concebida também como ações de informação conforme González de Gómez (1999a), provocando transformações (individuais ou coletivas) nas “estruturas” que conforme Brookes (1980) podem gerar “novos patamares” de conhecimento.

Portanto, podemos considerar que o fenômeno informacional é um processo constantemente reconstruído pelo sujeito do conhecimento a partir da sua realidade. Segundo Araújo (1998, p.33),

[...] informar-se não é, portanto, um processo finalizado quando o sujeito recebe/usa a informação... tal processo é algo aberto/inacabado e, como tal, sempre propício a reestruturações; caso contrário não poderíamos criar novas informações, uma vez que, as informações já existentes representariam a realidade de forma completa e satisfatória.

Sendo assim, acreditamos na contínua transformação da tríade dado, informação e conhecimento, para o processo de construção do indivíduo e da sociedade como um todo. Após reconhecimento desta interpretação do termo informação como guia, analisamos as ações de informação do LAVID, a partir do estudo das finalidades (teleologia) de três projetos de excelência do referido laboratório.

2.4.2 DO REGIME DE INFORMAÇÃO À INTELIGÊNCIA COLETIVA

A atual acumulação e expansão de uma massa enorme de informações, numa velocidade e escala até então inimagináveis pela sociedade, vem exigindo uma maior cooperação entre especialistas de vários campos disciplinares. Para Domingues (2001, p.28), hoje, é simplesmente impossível alguém dominar o conhecimento em extensão e em produtividade, qualquer que seja a área de conhecimento. Assim, seguindo o mesmo critério de raciocínio, a reinvenção das atividades científicas e intelectuais necessita da valorização de uma experiência transdisciplinar focada na inteligência coletiva, remetidas ao sujeito coletivo e ao fim do especialista

disciplinar. Ou seja, tudo aquilo o que não podemos fazer isoladamente, a soma dos indivíduos, reunidos numa coletividade, poderá. E é justamente esta soma dos indivíduos, reunidos de forma cooperativa e coletivamente, que chamamos de Inteligência Coletiva (Lévy, 1999).

O termo Inteligência Coletiva não é inteiramente novo. Conforme Bezerra e Pinto (2016), ele já vem sendo utilizado por cientistas de “várias áreas do conhecimento humano, como: antropologia, sociologia, ciência da computação, comunicação de massa, ciência política, lógica, filosófica, etc.” dentre outras. É graças a ela que estamos reinventando a atividade intelectual segundo as necessidades das diferentes experiências transdisciplinares já em curso nas múltiplas áreas do conhecimento humano. No entanto, ainda se trata de um termo pouco pesquisado em contextos específicos, como por exemplo, os espaços sociais abordados pelo campo da Ciência da Informação.

Atualmente são percebidas intensas mudanças na esfera da cultura, oriundas de novos processos de comunicação que além de acelerarem o acesso às informações, permitem novas formas de trocas de experiências e relacionamentos nos mais variados campos (política, negócios, entretenimento, etc.) e na própria relação entre as pessoas. Nesse cenário presencia-se o alvorecer de um tema ainda pouco abordado no campo da Ciência da Informação: o de Inteligência Coletiva. Termo cunhado primeiramente pelo filósofo francês Pierre Lévy, mas que também vem sendo expresso como sabedoria das massas por Surowieck (2004). (BEZERRA; PINTO, 2016, p.155)

Pierre Lévy (1994), filósofo que pesquisa a evolução histórica da relação social da humanidade com o conhecimento, sintetiza o conceito de Inteligência Coletiva como,

[...] une intelligence distribuée partout, continuellement améliorée, coordonnée en temps réel, ce qui conduit à une modélisation efficace de compétences. Le fondement et le but de l'intelligence collective est la reconnaissance et l'enrichissement mutuel des personnes, pas le culte des communautés fétiches ou hiéroglyphiques.⁶ (LÉVY, 1991, p.29).

O autor defende a hipótese de que é possível produzir dispositivos que materializem efetivamente a inteligência coletiva, ou seja,

[...] essas novas formas de organização cooperativa, hoje explorada em diversos dispositivos locais ou internacionais do ciberespaço, têm como principal característica *valorizar e compartilhar* a inteligência distribuída em toda parte nas comunidades conectadas e colocá-la em sinergia em tempo real. (LÉVY, 2000, p. 188, tradução nossa)

Para ele “o atual curso dos acontecimentos converge para a constituição de um novo meio de comunicação, de pensamentos e de trabalho para as sociedades humanas” (LÉVY, 1999,

⁶Uma inteligência distribuída em todos os lugares, continuamente melhorada, coordenada em tempo real, o que leva à modelagem eficiente de habilidades. A base e o propósito da inteligência coletiva é o reconhecimento mútuo e o enriquecimento das pessoas, não a adoração de comunidades fetiche ou hiéroglyphicas (LÉVY, 1994, p.29. Tradução nossa).

p.11). Ainda segundo Lévy (1999), a nossa nova condição de comunicação humana, perpassa pelo compartilhamento dos nossos conhecimentos, pela inteligência coletiva, pela troca, pela construção do laço social, pelo olhar e perceber o outro, pelo amor. Desse modo, o projeto da inteligência coletiva configura-se como um contínuo processo de crescimento eretomada mútua das individualidades.

Assim, uma arte ou engenharia do laço social pode ser vista como a arte de valorizar as qualidades humanas do outro, fazendo emergir coletivos inteligentes, que movidos pelos avanços nas TIC, podem impulsionar o surgimento de novos espaços (virtuais ou reais), permitindo que pessoas descubram a si mesmas num processo contínuo e constante de construção do conhecimento. Esta inteligência construída pelo coletivo possui um valor superior à soma dos talentos individuais.

Devemos antes entender um acesso de todos aos processos de inteligência coletiva, quer dizer, ao ciberespaço como sistema aberto de auto cartografia dinâmica do real, de expressão das singularidades, de elaboração dos problemas, de confecção do laço social pela aprendizagem recíproca, e de livre navegação nos saberes. (LÉVY, 1999, p.196).

Nesse contexto, o conceito de *Ri* aproxima-se do que Lévy (1999, p.23) chama de “espaço do saber”, um ambiente onde:

[...] as tecnologias digitais de informação e comunicação nos permitiriam criar e percorrer mundos virtuais, colocando sobre novas bases os problemas do *laço social* e abrindo possibilidade não somente para pensarmos a aventura humana, mas, principalmente, para influenciá-la ‘mediante a invenção de formas de pensar e se relacionar que contribuam para fazer emergir inteligências coletivas na humanidade’. (LÉVY, 1999, p.33 *apud* FREIRE, 2005, p.135)

Nesse chamado novo “espaço do saber” torna-se possível perceber e compreender como as TIC vêm possibilitando a concretização desse axioma. Essa ‘rede comum’ traduz-se numa ‘cultura informacional’ compartilhada entre os atores sociais envolvidos em todos os níveis de atividades do *Ri*, constituindo-se numa espécie de ‘ação formativa’ em grupo nessa comunidade, ou seja, uma ação somente possível graças à consolidação do ‘laço social’. O autor argumenta que a primeira comunidade que se organizou como inteligência coletiva, independentemente das barreiras, foi a comunidade científica.

No espaço intelectual aberto pela comunidade científica, todas as ideias estão em competição cooperativa para atrair o máximo de atenção. A capacidade de interessar sem recorrer a argumentos de autoridade, à força ou a meios desleais são essenciais ao funcionamento do meio científico *porque a finalidade própria deste meio é funcionar como inteligência coletiva*. (LÉVY, 2001, p.85. Grifo do autor)

Ao associar-se a lógica de mercado a comunidade científica se coloca na origem do maior desenvolvimento técnico-científico que temos conhecimento desde a revolução industrial.

Com o advento da Internet, ela oferece a sociedade sua mais interessante descoberta, a infraestrutura técnica para uma inteligência coletiva.

Deste modo, a sociedade se depara com a possibilidade e o desafio de aprender a se conhecer melhor para um pensar em conjunto. Pensar numa inteligência coletiva cujo principal ponto de apoio é o indivíduo. E é justamente nesse sentido que vem se desenvolvendo o conceito de inteligência coletiva na sociedade em rede. Para Domingues (2001, p.31),

[...] como na própria experiência transdisciplinar, a inteligência coletiva *trans* deverá ser construída no futuro, através da aproximação das artes, das tecnologias e das ciências, gerando uma verdadeira conversão moral ao conhecimento, fundada na ética da responsabilidade socialmente compartilhada, e visando à promoção de um novo humanismo.

Entretanto, convém observar que a “interconexão” de pessoas e mentes via Internet ainda configura-se como algo recente, impossibilitando dimensionar seus efeitos e impactos de imediato. As pesquisas estão sendo feitas, porém as respostas ainda são imprecisas e por vezes desconstruídas, o que de certa forma abre espaço para uma análise crítica que venha complementar o conceito de inteligência coletiva postulado Lévy (1994).

De acordo com Castells (1999) a poderosa influência do novo sistema de comunicação, geralmente exercida e mediada principalmente por interesses e estratégias político-econômicas, vem fazendo eclodir a cultura da virtualidade real. Esse novo ideal de cultura é complementado por outros atores quando afirmam que “as mudanças sociais provocadas pelo aparecimento das tecnologias de informação e comunicação em alguns elementos como tempo, espaço e memória social, também são essenciais para o ato de conhecer” (BARRETO, 2005, *apud* BEZERRA; PINTO, 2016, p.156). Ou seja, graças ao desenvolvimento e inserção das TIC estamos presenciando uma mudança radical na nossa cultura graças principalmente a nossa nova relação com a informação e o conhecimento.

Podemos assim dizer que temos a oportunidade histórica para discutir sobre a evolução da inteligência coletiva e sua relação com o conceito de *Ri*. Só assim poderemos pensar sobre novas formas de incluir digitalmente e socialmente uma parcela significativa da população mundial, atualmente excluídas desse cenário.

Assim, a partir da argumentação e dos conceitos até aqui explicitados – que suscitam reflexões e norteiam nosso olhar sobre o problema em investigação – buscamos identificar qual a relação entre o resultado das ações de informação, intervindo no *Ri* em uma dada forma de vida, e a emergência de uma Inteligência Coletiva.

2.5 TELEOLOGIA DAS AÇÕES DE INFORMAÇÃO

Observar as ações de informação do LAVID sob os preceitos da teleologia visou compreender quais as finalidades e objetivos esperados pelos pesquisadores ao desenvolverem projetos de pesquisa com forte impacto social, ou seja, àqueles que agem diretamente na vida e no cotidiano das pessoas. Segundo Vasconcelos e Martins Junior (2011) o termo “teleologia” provém do grego, sendo *telos* (fim ou propósito) e *logos* (palavra ou razão), ou seja, a razão para determinado fim ou propósito.

Para Blackburn (1997), a teleologia pode ser definida como àquela relacionada ao entendimento das finalidades das ‘coisas’ ou, no escopo de visão de mundo: “a doutrina filosófica de que toda a natureza, ou pelo menos os agentes intencionais, são direcionados ao objetivo ou funcionalmente organizados” (VASCONCELOS; MARTINS JÚNIOR, 2011, p.60 apud AUDI, 1999, p. 791). Assim, “ao incluirmos a concepção de que tais fins podem ser realizados por meio de processos (aqui denominados *meios*), podemos dizer que teleologia significa ‘doutrina que considera o mundo como um sistema de relações entre meios e fins’” (FERREIRA, 1986, p.1658apudVASCONCELOS; MARTINS JÚNIOR, 2011, p.60).

Portanto, entendemos estes processos ou meios como sendo ações de informação, ou seja, um dos elementos constitutivos de um *Ri*. Para Collins e Kusch (1999, p.34) “uma ação é o comportamento somado à intenção”. E complementam que

[...] a coordenação de ações intencionais implica que os atores compreendam as intenções daqueles com quem interagem. Explicando de forma diferente, a coordenação de ações pressupõe que a forma de vida é compartilhada. (COLLINS; KUSCH, 1999, p. 34)

Assim, a partir da intencionalidade, propósito ou finalidade das ações de informação do LAVID buscamos compreender a imanência de uma inteligência coletiva entre os atores sociais na configuração do *Ri* do referido contexto.

Sendo assim, podemos inferir que quando falamos sobre teleologia, corroboramos com Vasconcelos e Martins Junior (2011, p.62) quando afirmam que “a causa final faz o objeto mover-se e até transformar-se, procurando a perfeição, realizada somente na medida em que ele cumpre a função para a qual foi designado em essência”.

Tentar compreender a teleologia das ações de informação do LAVID serviu para, a partir dos indícios encontrados, entender como seu *Ri* se configura. O Quadro 2 apresenta a teleologia das ações de informação de González de Gómez, conforme suas modalidades, atores, atividades e finalidade:

Quadro 1 – “Teleologia das ações de informação”

Ações de Informação	Atores	Atividades	[Finalidade]
Ação de Mediação	Sujeitos sociais funcionais (<i>práxis</i>)	Atividades sociais múltiplas	Transformar o mundo social ou natural
Ação Formativa ou Finalista	Sujeitos sociais experimentadores (<i>poiesis</i>)	Atividades heurísticas e de inovação	Transformar o conhecimento para transformar o mundo
Ação Relacional Inter-Meta-Pós-mediática	Sujeitos sociais articuladores e reflexivos (<i>legein</i>)	Atividades sociais de monitoramento, controle e coordenação	Transformar a informação e a comunicação que orientam o agir coletivo

Fonte: González de Gómez (2003, p.37).

Para Collins e Kusch (1999, p.9), o *resultado* de determinada ação é o estado de coisas que deve ocorrer pelo fato de uma ação ter sido executada, ou seja, está ligado à ideia de intenção, propósito, objetivo, finalidade ou meta.

O agir teleológico do trabalho humano não será apenas um transformador do objeto, pois sua atividade se dá dentro de um meio social e, nesse ínterim, o produto de sua ação transforma este mesmo mundo social em que o homem se forma. A objetividade social é atualizada pela atividade sensível do homem enquanto sujeito, ao que temos o 'ser social [...] como construtor de si e de seu mundo'(CHASIN, 1995, p.397).

Ainda conforme o autor,

[...] o modo de ser do homem, por sua vez, é gerado, conformado e confrontado com sua condição sócio-histórica, de modo que os homens, ao desenvolverem sua produção material e seu intercâmbio material, transformam também, com esta sua realidade, seu pensar e os produtos de seu pensar. (CHASIN, 1995, p.407)

Na teleologia a atividade ou ação humana se dá no âmbito social, sendo assim, tal atividade não transforma apenas o sujeito dessa ação, mas todo o mundo social que o cerca. Para Chasin (1995) é a partir da atividade desse ser social que transformamos ou construímos a nós mesmos e ao nosso mundo. E complementa dizendo que somos frutos de nossa condição sócio-histórica, ou seja, tudo aquilo que produzimos é resultado da nossa relação com a realidade que vivemos e produto do nosso pensamento.

Portanto, passa a ser papel da ciência e da racionalidade, debruçar-se sobre a relação entre meios e fins, fornecendo-nos trajeto mais simples para alcançá-los. Afinal quase toda teoria técnica pode ser vista como o caminho para se chegar a determinadas finalidades. E inclusive a teoria moral, possui em si uma atividade finalista, pois busca na medida do possível, teorizar sobre qual a melhor maneira de se atingir as finalidades últimas da vida.

Desde que a ação (ou a prática) ocupou lugar central nas ciências sociais, multiplicam-se as teorias da ação e da atividade em diversas escalas e esferas sociais, da psicologia individual à ação social, passando pela ação em pequenos e grandes grupos, ação organizacional e movimentos sociais mais amplos. São também diversos os níveis teóricos das abordagens, do empírico ao filosófico, e os fenômenos analisados: interações linguísticas e outras práticas cotidianas, atividades profissionais e ações coletivas em escala macrossocial e histórica. (LIMA; RIBEIRO, 1999, p.15).

Na tentativa de aprofundar as formulações a respeito dos meios ou ações racionais humanas necessárias para alcançarmos determinadas finalidades, objetivos ou fins, divide-as em dois grupos diferentes, a saber:

[...] o agir instrumental caracteriza-se pela relação sujeito-objeto enquanto manipulação, domínio e controle eficaz da realidade ou do mundo objetivo; rege-se tão-só por regras técnicas baseadas no saber empírico. Já o agir

estratégico caracteriza-se pela avaliação correta das alternativas e das escolhas dos meios de manipulação, domínio e controle organizado pelo agir instrumental; ou ainda, por influir os atores sociais uns sobre os outros conforme fins de domínio.(BONFIM, 2002, p. 5)

Ambas formam em conjunto ações racionais orientadas a fins pré-determinados. Para Habermas (2003, p.164), estamos interessados apenas naquilo que possamos ganhar em qualquer situação, ou seja, “os fins individuais são previamente definidos pelo sujeito ao passo que a razão é utilizada apenas na definição do meio mais adequado”.

Todavia, diferentemente de Weber [(1993)], Habermas [(2003)] é favorável a uma discussão racional acerca dos fins a que se dirigem os homens, a qual lance mão de argumentos inteligíveis e com pretensão de validade e justificação (BERTEN, 2004, p.73).

Inclusive, trata-se da possibilidade de discussão racional dos fins, que pode encaminhar para um agir social baseado em consensos, denominado de *ação comunicativa* (HABERMAS, 2003). Sobre isso, Habermas (2003) defende, como ideal uma sociedade que tenha uma prática social na qual os grupos e indivíduos verbalizem e debatam utilizando a razão e o respeito como base aos fins que buscam. Isto, por si só, possibilitaria uma reformulação intersubjetiva na busca por um ponto comum dos interesses e dos planos de ação conjunta ou individual. Assim, a orientação deixa de ser exclusivamente voltada ao progresso individual, passando a ser direcionada ao plano do entendimento mútuo e coletivo. Assim, a ação comunicativa habermasiana realmente ocupa papel fundamental na teoria filosófica, pois é resultado do consenso e interatividade, tornando-se categoria estruturante do sistema social humano.

Portanto, podemos observar que embora a questão da razão ou racionalidade humana esteja intrinsicamente ligada aos dois tipos de ação (racional orientada a fins e/ou comunicativa), a ação racional orientada a fins é mais “fechada”, não abrindo espaços para uma melhor interação, argumentação e/o diálogo. Já na ação comunicativa, ou agir comunicativo, isso flui de forma mais natural, propagando o modo como cada um pensando de forma conjunta ou coletiva pode influenciar e contribuir para atingir melhor os objetivos comuns a todos. Nosso consenso sobre os direitos sociais fundamentais, tendo o agir comunicativo como base potencializadora das ações para defesa da democracia no cenário político que se estabiliza, só será possível a partir do entendimento mútuo (BERTEN, 2004). A esse respeito, ao reconhecer

[...] ‘a existência de certa autonomia de decisão a escolha nas práticas e ações de conhecimento e comunicação’, [González de Gómez] sustenta que as ações de informação tanto podem ‘orientar-se à reprodução quanto à mudança dos regimes de informação que direcionam o fluxo e distribuição de informação entre sujeitos, áreas de conhecimento, atividades e regiões’. (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2003, p.33 *apud* FREIRE; FREIRE, 2014b, p.34).

A partir do exposto até agora, podemos dizer que ao relacionarmos as finalidades das ações de informação descritas por González de Gómez (1999), às finalidades ou objetivos dos projetos do LAVID, buscávamos pistas e indícios que nos levassem aos objetivos da pesquisa.

Assim conseguimos identificar e descrever os atores, dispositivos e artefatos que compõem ou configuram o seu *Ri*.

Observamos que os dois tipos de orientação teleológica postulados por Habermas (2003), ação orientada a fins e ação comunicativa, se faziam presentes na ‘forma de vida’ do laboratório. Comprovando que a academia se configura, como defende Lévy (1999), num “espaço do saber”, um espaço de diálogo e discussão onde o objetivo consensual coletivo e o entendimento mútuo é a marca predominante nas suas atividades diárias.

2.5.1 MODALIDADES DAS AÇÕES DE INFORMAÇÃO

Não é de hoje que as ‘ações de informação’ permeiam os ‘bastidores’ da Ciência da Informação. E nesse curto caminho muitas são as propostas de argumentação e conceituação sobre suas modalidades, tipos, formas, etc. González de Gómez (2003) segue a mesma linha de pensamento de Collins e Kusch (1999) quando propõe reconstruir as tais “ações de informação” para o que os autores chamam de ‘forma de vida’ compartilhada pelos membros ou sujeitos de um determinado grupo social por períodos de tempo duradouros.

Sendo assim, a partir do momento que concebermos “informação” como “ações” nas quais estão envolvidas pessoas, regras e dispositivos num determinado contexto ou situação; entenderemos *Ri* como ‘fenômenos’ complexos determinados por grupos sociais. Para González de Gómez (2003, p.32), “o que se denomina informação constitui-se a partir das formas culturais de ‘semantização’ de nossa experiência do mundo e seus desdobramentos em atos de enunciação, de interpretação, de transmissão e de inscrição”. E complementa,

Poderíamos dizer assim que o que se denomina hoje informação, resulta da sobre determinação de uma ‘indecidibilidade estrutural’, mediante atos ou processos seletivos explícitos e formais ou tácitos e não formalizados, dos indivíduos e grupos sociais em suas práticas culturais. [...] a informação, assim identificada, fica ancorada no tecido social: a) pelo modo de produção de sentido; b) pelo modo de produção e circulação das inscrições; c) pela sua constituição num ponto de enfeixamento de uma rede de atos de enunciação e de um sistema de inscrição e transmissão (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2003, p.32-33).

Portanto, no espaço de um *Ri* as ações de informação intercambiáveis pelos sujeitos sociais se dividem em três modalidades:

- a) **mediação** – quando a ação de informação está aos fins e orientação de uma outra ação. Nesta modalidade, a informação se desenvolve no âmbito de outra ação social e seus sujeitos podem ser vistos como funcionais “cujas práticas serão definidas pelo contexto acional em que atua, dentro das múltiplas atividades sociais”;
- b) **formação** – quando orientada à informação não como um meio mas como sua finalização, sendo produzida por ‘sujeitos heurísticos’ ou ‘experimentadores’, que transformam “os modos culturais de agir e de fazer, nas artes, na política, na ciência, na indústria e no trabalho, iniciando um novo domínio informacional” ou uma nova forma de vida de um grupo ou comunidade;

- c) **relação** – quando a ação de informação busca intervir em outra ação para dela obter direção e fins, ampliando seu espaço de realização, “o qual alarga nas formas de descrição, da facilitação, do controle ou do monitoramento”, sendo realizada por sujeitos articuladores ou relacionantes (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2003, p.36-37).

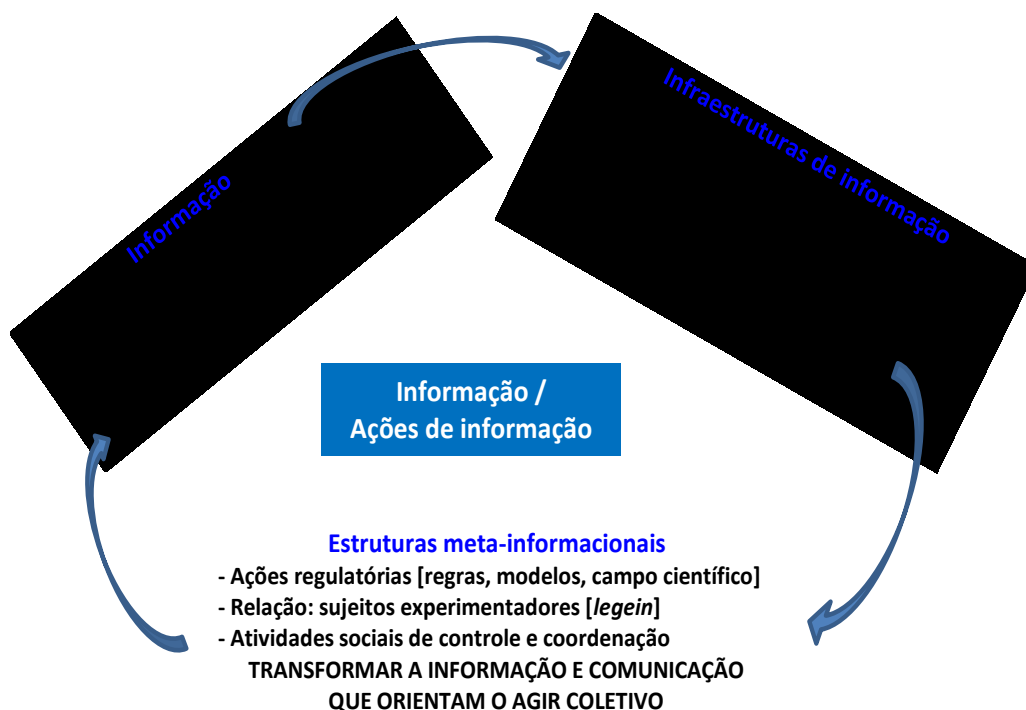
De acordo com Freire (2013a), a relação entre as modalidades dessas atividades enquanto ações de informação vão acontecendo de forma articulada e heterogênea ao longo do desenvolvimento dos projetos.

Definidas por seu papel relacional num domínio de redes narrativas, sociais, técnicas e institucionais, a informação e a ação de informação só podem identificar-se e definir-se em uma cadeia de relações que tem sua especificidade no contexto social de sua constituição. Sua ancoragem nesse contexto dependerá, porém, das figuras de intersubjetividade que traçam os implicados nessa ação, e a partir das quais existe ou não um valor prático e factual nos elos que a informação estabelece entre os sujeitos e os ‘estados de coisas’ no mundo. (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2003, p.38)

Nessa perspectiva, organizações voltadas para a aprendizagem, como as universidades, são instadas a desenvolver ações que estimulem o aprendizado voltado para a melhoria das atividades de gestão da produção e compartilhamento de conteúdos na *web*. Desse modo, as ações da rede de projetos do LAVID permitem que os grupos e equipes de pesquisadores compartilhem experiências comuns durante longos períodos de tempo. Isso por si só já caracteriza uma ‘forma de vida acadêmica’, tornando-se campo de interesse para a configuração de um *Ri*, bem como para a Ciência da Informação.

Na sua caracterização das ações de informação no *LTi*, Freire (2012) observou, com relação ao estrato de informação (semântico-pragmático), que estas ações podem ser associadas a produção em ciência e tecnologia como por exemplo as realizadas no campo da pesquisa acadêmica por profissionais que lidam diretamente com a informação *per se*, evidenciando diferenças e similaridades nas formas de vida dos atores sociais (Figura 4). Sendo assim, as ações formativas carregam em si tais diferenças e similaridades dos sujeitos quando buscam atender docentes, discentes, pesquisadores e profissionais atuantes no campo da Ciência da Informação, como esclarece González de Gómez (2003).

Figura 4 – Diagrama das relações entre estratos, domínios, ações e sujeitos



Fonte: Freire, 2013.

Para Freire (2012), em consonância com González de Gómez (2003), o estrato de infraestruturas de informação encontra-se “definido na indústria e nos mercados das tecnologias, das máquinas e dos produtos” via ações tecnoeconômicas, normas técnicas e modelos (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2003, p.34). A autora também admite outras interpretações para os ‘estratos’ (informacional, meta-informacional e infraestrutural) quando aproxima as ações de informação das dimensões polimórficas e mimeomórficas postuladas por Collins e Kusch (1999).

Ações polimórficas são aquelas que só podem ser compreendidas por quem participe de uma cultura ou forma de vida. Nesse caso, a mesma ação, na mesma situação, pode ser executada conforme um número indefinido de comportamentos e, ao mesmo tempo, a mesma instância de comportamento pode dar lugar a muitas e diferentes ações. Dado que são ações determinadas por regras, o modo “correto” de realizá-las só é possível para quem participe de uma forma de vida que é o contexto da ação. (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2003, p.35)

No caso específico da ação de informação formativa do LAVID, enquanto responsável pela manutenção da memória científica e, principalmente, pela transmissão de ideologias,

culturas e crenças, o site do LAVID mostra-se como ‘elo’ ou interface entre o laboratório e a sociedade em geral.

Assim os **atores sociais** “podem ser reconhecidos por suas formas de vida e constroem suas identidades através de ações formativas existindo algum grau de institucionalização e estruturação das ações de informação”(GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2003, p.35). Já os **artefatos de informação**“constituem os modos tecnológicos e materiais de armazenagem, processamento e de transmissão de dados, mensagem, informação”(GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2003, p.35).

Uma ação formativa, por exemplo, na academia, é apresentar uma comunicação num congresso. Numa comunidade religiosa, assistir ao culto. As instituições, nesse quadro, se constituem como variáveis com diversos graus de valor, de modo que pode estender-se de uma ação instituída, com um mínimo de acordo entre os participantes a uma ordem instituída e formalizada, que pode ser coercitiva e de pretensões totalizadoras em seu domínio de intervenção. O que “fixa” um significado, um discurso, ou pode pré-configurar um “artefato de informação” em alguma de suas dimensões, não seria logo e em primeiro lugar a base material da inscrição, e sim as condições institucionais e as relações socioculturais entre os sujeitos – incluídas as relações de poder que articulam os artefatos e as infraestruturas de informação em regimes de informação. (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2003, p.35)

Por fim, os **dispositivos** são as normas que regem as ações dos atores sociais dentro da instituição, órgão ou organização.

No âmbito do LAVID a articulação racional desses elementos desenvolve entre seus membros uma sinergia para o trabalho, gerando comprometimento para sua execução e para o benefício do coletivo, além de reunir Ciência da Informação e Computação em nível da integração da pesquisa na práxis acadêmico-científica.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Salientamos que até o presente momento, os estudos relacionados à caracterização e desenvolvimento das ações e regimes de informação em micro contextos sociais como laboratórios, instituições públicas e privadas, pequenas empresas e universidades, ainda são quantitativamente falando, resumidos. Cabe à pesquisa científica adentrar nesses espaços em busca de informações mais específicas sobre os elementos constituintes de seus *Ri*.

A partir da nossa abordagem foi possível compreender um pouco melhor o “funcionamento das ações” no contexto acadêmico-científico-tecnológico de um laboratório de pesquisa em Ciência da Computação (LAVID). Só assim pudemos identificar como agiam os atores; como se comportavam as ações de informação; quais dispositivos foram utilizados e que tipos de artefatos foram tecnicamente desenvolvidos. Foi a partir da articulação desses elementos, que pudemos compreender melhor o desenvolvimento e configuração do *Ri* e da inteligência coletiva do laboratório.

Nossa hipótese partiu do princípio de que as ações de informação em uma dada ambiência social determinavam e configuravam seu *Ri*, contribuindo para construção de uma inteligência coletiva entre seus atores sociais. Assim, utilizamos as ações de informação como

categorias para análise de conteúdo na busca por indícios e pistas tendo como corolário a teleologia (finalidades) dessas ações representadas pelos projetos do próprio laboratório.

A análise das modalidades das ações de informação como categorias da análise de conteúdo de um *site* na perspectiva do *Ri* configura-se como uma inovação teórica, trazendo respostas importantes aos problemas de pesquisa.

Identificamos que a maioria das ações realizadas pelos atores do laboratório tem características polimórficas, ou seja, são realizadas unicamente por humanos e não por máquinas. No entanto, acreditamos na existência de um processo de hibridação entre estas e as ações de informação (formativa, relacional e mediação) propostas por González de Gómez (1999). Sugerimos um maior aprofundamento nos estudos sobre essa hibridação.

No entrelaçar dos fios que compõem essa teia ou campo chamado Regime de Informação, fomos identificando trilhas e “brechas” de atuação e abordagens das ações de informação que o tempo da pesquisa infelizmente não permitiu abordar. Assim sugerimos um olhar cuidadoso e especial a esses fatores na tentativa de trazer novas perspectivas aos resultados aos tais “conflitos” de ideias dos pesquisadores do laboratório e demais pequenas formações sociais.

Além da análise da configuração dos *Ri* como espaço de disputa e conflito, de negociação e estabilização na busca pela melhor forma de se implementar políticas de informação em micro e macro espaços sociais, convém melhor compreender sobre as nuances ou ‘performances’ das ações de informação e seus atores no âmbito de instituições públicas e privadas, a fim de entender qual a sua importância no delineamento dos *Ri*.

Sugerimos tentarmos compreender os espaços de significação não apenas como espaços periféricos onde prevalece o senso comum, mas também como espaços sociais acadêmico-científicos com seus respectivos *Ri* onde estimulamos a produção científica e desenvolvemos a inteligência coletiva entre seus membros. Esse processo nunca se finda, necessitando de *feedback* para entrar num processo de *loop* infinito ‘retroalimentando-se’ continuamente, sendo assim, suas ações são sempre controladas pelo conhecimento do efeito de suas respostas. Façamos dessa caminhada algo o mais produtivo e prazeroso possível, ou seja, *work hard and play hard*.

Salientamos que melhorias baseadas em experiências similares no campo da Ciência da Informação possam potencializar o efetivo uso do *site* pela comunidade acadêmica, contribuindo para inteligência coletiva e para a análise de problemas de interesse da política e gestão da informação em instituições de pesquisa científico-tecnológicas, como o LAVID e a UFPB.

Desse modo, esperamos contribuir para a discussão no tema, com o intuito de analisar a construção de espaços sociais na perspectiva de *Ri*, observando situações e processos que propiciem o desenvolvimento de competências para gestão da informação, e a consequente apropriação do conhecimento técnico-científico em benefício da construção de uma inteligência coletiva.

Concluimos lembrando que as ações de informação são apenas um dos elementos que compõem ou configuram um *Ri*. Nossa pesquisa buscou contribuir de forma mais significativa sobre as “ações de informação”. Os outros elementos (atores, dispositivos e artefatos) encontram-se abertos à pesquisa. Propomos “saboreá-los”!

ALVES, C. A. **O estilo do processo de informação gerado no ambiente de uma universidade pública**: contribuição para a definição da cultura informacional. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal da Paraíba. 2014. João Pessoa: Paraíba, 2014. Disponível em: <<http://bdtd.biblioteca.ufpb.br/bitstream/tede/3961/1/arquivototal.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2016.

ARAÚJO, E. A. **A Construção Social da Informação**: práticas informacionais no contexto das Organizações Não-Governamentais/ONGs brasileiras. Brasília: UnB, 1998.

ARAÚJO, C. A. A. Fundamentos da ciência da informação: correntes teóricas e o conceito de informação. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v. 4, n. 1, p. 57-79, jan./jun., 2014. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/index.php/pgc/article/view/19120/10827>>. Acesso em: 10 abr. 2016.

BARRETO, A. A. A condição da Informação. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 16, n.3, p.67-74, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392002000300010>. Acesso em: 10 abr. 2015.

BERTEN, A. **Filosofia Social**: a responsabilidade social do filósofo. São Paulo: Ed. Paulus, 2004.

BEZERRA, E. P. **Digitalizando o virtual: uma Análise Informacional do Processo de implementação da Biblioteca Digital Paulo Freire**. 2003. Dissertação (Mest. em Ci. da Inf.) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2003.

BEZERRA, E. P.; PINTO, J. A. S. Sobre a contribuição conceitual da inteligência coletiva ao regime de informação. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, v. 21, n. 46, p. 154-164, maio/ago., 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/40734>>. Acesso em: 15 out. 2014.

BEZERRA, E.; GUIMARÃES, Í. J. B.; SILVA, Z. C. G. Análise da ação de informação relacional no LAVID da UFPB. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação. **Anais Eletrônicos...** 15., 2014. Belo Horizonte: UFMG, 2014. p. 4212-4218. Disponível em: <https://www.academia.edu/9138105/An%C3%A1lise_da_A%C3%A7%C3%A3o_de_Informa%C3%A7%C3%A3o_Relacional_no_LAViD_da_UFPB_p-4212>. Acesso em: 16 abr. 2016.

BEZERRA, *et. al.* Regime de informação: abordagens conceituais e aplicações práticas. **Em Questão**, Porto Alegre, v.22, n.2, p. 60-86, maio/ago., 2016. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/download/57935/37087>>. Acesso em: 12 mar. 2016.

BEZERRA, E. P.; SILVA, Z. C. G. Regime de informação: conceitos e aplicações no âmbito de laboratórios de pesquisa científica. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 16., 2015, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa, 2015. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/enancib2015/enancib2015/paper/view/2861/9>>. Acesso em: 12 mar. 2016.

BLACKBURN, S. **Dicionário Oxford de Filosofia**. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar Ltda., 1997.

BOLTANSKI, L; THÉVENOT, L. The sociology of critical capacity. **European Journal of Social Theory**, Paris, v.2, n.3, 1999.

BONFIM, A. C. F. Habermas: trabalho, linguagem e forma de vida humana. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 25., 2002, set/out. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Caxambu: ANPED. **Anais...** Caxambu, 2002. Disponível em: <<http://25reuniao.anped.org.br/tp25.htm#gt9>>. Acesso em: 16 out. 2018.

BORKO, H. Information science: what is this? **American Documentation**, v. 19, 3-5, 1968.

BRAMAN, S. Defining information policy. **Journal of information policy**, v.1, p.1-5, 2011.

BRAMAN, S. The emergent global information policy regime. In: _____ (Ed.) **The emergent global information policy regime**. Hampshire, Palgrave, 2004. p.12-37, Cap.2. Disponível em: <people.tamu.edu/~braman/bramanpdfs/022_emergentregime.pdf>. Acesso em: 16 out. 2016.

BROOKES, B. C. The foundation of Information Science. **Journal of Information Science**, v.2, Part I, p.125-133, 1980. Disponível em: <<http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/016555158000200302>>. Acesso em: 15 abr. 2015.

BUSH, V. As We May Think. **The Atlantic Monthly**, Boston, 1995.

CAPURRO, R. Epistemologia e Ciência da Informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5. **Anais...** Belo Horizonte. 2003. Disponível em: <www.capurro.de/enancib_p.htm>. Acesso em: 23 set. 2016.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede: a era da informação: economia, sociedade e cultura**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v.1.

CHASIN, J. **Marx: Estatuto Ontológico e Resolução Metodológica**. São Paulo: Ensaio, 1995.

CHOO, C.W. Information culture and organizational effectiveness. **International Journal of Information Management**, n.33, p.775-779, 2013. Disponível em: <<http://choo.ischool.utoronto.ca/FIS/ResPub/IJIM2013.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2015.

CHOO, C. W. **A organização do conhecimento**: como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões. São Paulo: SENAC, 2003.

COLLINS, H. M.; KUSH, M. **The shape of actions**: what humans and machines can do. Cambridge, Mass: MIT Press, 1999.

DELAIA, C. R. **Subsídios para uma política de gestão da informação na EMBRAPA solos**. 2008. Dissertação (Mest. em Ci. da Inf.) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

DELAIA, C. R.; FREIRE, I.M. Subsídios para uma política de gestão da informação na

EMBRAPA Solos: à luz do regime de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.15, n.3, p.107-130, set./dez., 2010. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/956>>. Acesso em: 10 abr. 2015.

DOMINGUES, I. (Org.). **Conhecimento e transdisciplinaridade**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

DUARTE, E. N.; LIRA, S. L.; LIRA, W. S. Gestão do Conhecimento: origem, evolução, conceitos e ações. In: DUARTE, E. M. *et al.* (Org.). **Da informação à auditoria do conhecimento**: a base para a Inteligência Organizacional. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014.

EKBIA, H.; EVANS, T. Regimes of information: Land use, management, and policy. **The Information Society**, v.25, n.5, p. 328-343, 2009.

FOSKETT, A. C. **A abordagem temática da informação**. São Paulo: Polígono; Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1973.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FREIRE, G.H. de A. **Ética da informação**: conceitos, abordagens, aplicações. João Pessoa: Idea, 2010.

FREIRE, I. M. Sobre o Regime de Informação no Laboratório de Tecnologias Intelectuais – L*Ti*. **InCID: Revista em Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v.4, n. 1, p.70-86, jan./jun. 2013a. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/incid/article/view/59102>>. Acesso em: 10 abr. 2015.

FREIRE, I. M. Categorização das ações de informação no Laboratório de Tecnologias Intelectuais – L*Ti*. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 13., Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Fiocruz, p.1-18, 2012. Disponível em: <<http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/xiiienancib/schedConf/presentations>>. Acesso em: 10 abr. 2015.

FREIRE, I. M. A utopia planetária de Pierre Lévy. **InCID: Revista Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 1, n. 2, p. 122-132, jul./dez. 2010. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/340>>. Acesso em: 10 abr. 2015.

FREIRE, I. M. Acesso à informação e identidade cultural: entre o global e o local. **Ciência da Informação**, Brasília, v.35, n.2, p. 58-67, ago., 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652006000200007>. Acesso em: 16 out. 2016.

FREIRE, I. M. A utopia planetária de Pierre Lévy: uma leitura hipertextual d'*a inteligência coletiva*. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.10, n.2, p. 132-139, jul./dez., 2005. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/340>>. Acesso em: 10 abr. 2015.

FREIRE, G.H. de A.; FREIRE, I. M. Uma abordagem das ações de mediação no Laboratório de Tecnologias Intelectuais – LT*i*. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 43 n. 2, p. 272-283, maio/ago., 2014b.

FREIRE, G.H. de A.; FREIRE, I. M.; ARAÚJO, V. M. R. H. de. Relato sobre a PBCIB em seu 10º ano de publicação. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, João Pessoa, v. 10, n. 2, p. 384-382, 2015. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/index.php/pbcib/article/view/26944>>. Acesso em: 10 abr. 2016.

FREIRE, I. M. *et al.* Ações de pesquisa e extensão no projeto laboratório de tecnologias intelectuais. **Transinformação**, Campinas, v.23, n.2, p.127-138, ago., 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-37862011000200004>. Acesso em: 30 mar. 2016.

FROHMANN, B. Talking information policy beyond information science: Applying the actor network theory. In: H. A. O.; D. B. W. (Eds.) Annual conference of the Canadian Association for Information Science, 23., **Proceedings...** Edmonton: Alberta, Jun., p.7–10, 1995. Disponível em: <http://www.caicsci.ca/proceedings.1995/frohmann_1995.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2015.

GINZBURG, C. **Mitos, emblemas, sinais**: morfologia e história. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Regime de informação: construção de um conceito. **Informação & Sociedade: estudos**, João Pessoa, v. 22, n. 3, 2012. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/14376>>. Acesso em: 15 abr. 2015.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N.; CHICANEL, M. As mudanças de regimes de informação e as variações tecnológicas. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 9. **Anais...** São Paulo: USP, 2008.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Escopo e abrangência da Ciência da Informação e a Pós-Graduação na área: anotações para uma reflexão. **Transinformação**, Campinas, v.15, n.1, p. 31-43, jan./abr. 2003. Disponível em: <<http://ridi.ibict.br/handle/123456789/123>>. Acesso em: 10 abr. 2015.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Novos cenários políticos para a informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v.31, n. 1, p.27-40, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652002000100004>. Acesso em: 10 abr. 2015.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. O caráter seletivo das ações de informação. **Informare**, v.5, n.2. p.7-31, 1999c. Disponível em: <<http://ridi.ibict.br/handle/123456789/126>>. Acesso em: 10 abr. 2015.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Da política de informação ao papel da informação na política contemporânea. **Revista Internacional de Estudos Políticos**, v. 1, n. 1, p. 21-32, 1999b.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Política e gestão da informação: novos rumos. **Ciência da Informação**, v.28, n.2, 1999a. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19651999000200001>. Acesso em: 16 out. 2015.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. As ciências sociais e as questões da informação. **Morpheus - Revista Eletrônica em Ciências Humanas**, ano 09, n.14, 2009. Disponível em: <<http://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/117/1/GONZALEZDEGOMEZMORPHEUS2009.pdf>>. Acesso em: 16 out. 2016.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. A globalização e os novos espaços da informação. **Informare**, v.3, n.1/2, 1997. Disponível em: <<http://basessibi.c3sl.ufpr.br/brapci/index.php/article/view/0000004592/5ac300580326ba02582e6a880c098aee>>. Acesso em: 10 abr. 2015.

HABERMAS, J. **Consciência Moral e Agir Comunicativo**: sobre a estrutura de ambiente & educação, v. 16, n. 1, 2011. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

JAPIASSU, H.; MARCONDES, D. **Dicionário básico de filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.

JARDIM, J. M. **Memória e Políticas Públicas de Informação**. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2005.

LAVID. **Laboratório de Aplicações de Vídeo Digital**. 2016. Disponível em: <<http://lavid.ufpb.br/>>. Acesso em: 16 out. 2016.

LATOURE, B. **ReensamblarLo Social**: uma introdución a la teoria delactor-red. Buenos Aires: Manantial, 2008.

LATOURE, B. **The Pasteurization of France**. Cambridge, MA: Harvard University Press. 1988.

LÉVY, P. **A conexão planetária**. Rio de Janeiro: Editora 34, 2001.

LÉVY, P. **Inteligência Coletiva**. Por uma antropologia do ciberespaço. EDIÇÕES LOYOLA, São Paulo, Brasil, 1999.

LÉVY, P. **L'intelligence collective**. Pour une anthropologie du cyberspace. Editions La Découverte, Paris, 1994.

LIMA, F. de P. A.; RIBEIRO, R. Prefácio à edição brasileira. In: COLLINS, H. M.; KUSH, M. **The shape of actions**: what humans and machines can do. Cambridge, Mass: MIT Press, 1999.

MAGNANI, M. C. B.; PINHEIRO, M. M. K. "Regime" e "Informação": a aproximação de dois conceitos e suas aplicações na Ciência da Informação. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v.7, n.2, 2011, p. 593-610. Disponível em: <<http://liinc.revista.ibict.br/index.php/liinc/article/viewFile/392/320>>. Acesso em: 12 mar. 2016.

MARCHIORI, P. Z. A ciência e a gestão da informação: compatibilidades no espaço profissional. **Ciência da Informação**, v.31, n.2, maio/ago. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-19652002000200008&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 16 out. 2013.

MENEZES, V. S. de.; GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Informação, um operador inoperoso de relação. 2014. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 15., **Anais...** Belo Horizonte: UFMG, 2014. p.285-304. Disponível em: <<http://enancib2014.eci.ufmg.br/documentos/anais/anais-gt1>>. Acesso em: abr. 2018.

OLIVEIRA, M. de. Origens e evolução da Ciência da Informação. In: _____. **Ciência da Informação e Biblioteconomia**: novos conteúdos e espaços de atuação. Belo Horizonte: EdUFMG, 2005. Cap. 1, p.9-28.

OTLET, P. **Traité de Documentation**: le livre sur le livre: théorie et pratique. Bruxelles: EditionsMundaneum. 1934.

PINHEIRO, M. M. K. Estado informacional implicações para as políticas de informação e de inteligência no limiar do século XXI. **Varia História**, Belo Horizonte, v.28, n.47, p. 61-77, jan./jun. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-87752012000100004>. Acesso em: 10 abr. 2015.

SARACEVIC, T. Ciência da Informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**. Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun. 1996. Disponível em:

<<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/235>>. Acesso em: 10 abr. 2015.

SILVA, T. E. Política de Informação na pós-modernidade: reflexões sobre o caso do Brasil. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 1, n. 1, p. 8-13, 1991. Disponível em: <http://basessibi.c3sl.ufpr.br/brapci/_repositorio/2010/12/pdf_55cc575a2c_0013996.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2015.

SILVA, E. M. **A influência das políticas de informação científica e tecnológica para as bibliotecas universitárias**. 116 f. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Paraíba, Departamento Ciência da Informação, João Pessoa, 2009.

UNGER, R. J. G.; FREIRE, I. M. Regimes de informação na sociedade da informação: uma contribuição para a gestão de informação. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 4, n. 1, p. 87-114, jan./jun. 2008. Disponível em: <<http://www.sbu.unicamp.br/seer/ojs/index.php/rbci/index>>. Acesso em: 10 abr. 2015.

VASCONCELOS, V. V.; MARTINS JUNIOR, P. P. A teleologia e a aleatoriedade no estudo das ciências da natureza: sistemas, ontologia e evolução. **Revista Internacional Interdisciplinar - INTERthesis**, Florianópolis, v.8, n.2, p.316-334, jul./dez. 2011. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/15788>>. Acesso em: 10 abr. 2015.

WERSIG, G. Information science: the study of postmodern knowledge usage. **Information Processing & Management**, v. 29, n. 2, 1993.

WOIDA, L. M. **Cultura informacional voltada para à inteligência competitiva organizacional no setor de calçados de São Paulo**. São Paulo, 2008. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista: Faculdade de Filosofia e Ciência, 2008. Disponível em: <<http://livros01.livrosgratis.com.br/cp068189.pdf>>. Acesso em: 16 out. 2016.

WOIDA, L. M. ; VALENTIM, M. L. P. Cultura organizacional/cultura informacional: a base do processo de inteligência competitiva. In: VALENTIM, M.L.P. et al. **Informação, conhecimento e inteligência organizacional**. Marília: Fundepe editora, 2006.